

Capitão QOPM LEONEL JOSÉ BESERRA

**A IMPORTÂNCIA DA CORREGEDORIA PARA A POLÍCIA
MILITAR DO PARANÁ**

Monografia aprovada como requisito para obtenção do grau de especialista em planejamento e controle da Segurança Pública da Universidade Federal do Paraná em convênio com a Polícia Militar do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento e Controle da Segurança Pública.

Orientadora Metodológica: Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Breda.

Orientador de Conteúdo: Ten. Cel. QOPM Renato Jorge da Silveira.

CURITIBA

2008

DEDICATÓRIA

Se ages contra a justiça e eu te deixo agir, então a injustiça é minha.

Gandhi

À minha família: Isaura, José Aurino, Leonice, Leonilson, Vitor e Gabrielle, que através do amor e compreensão me proporcionam a força e entusiasmo com minha carreira.

"Não basta ensinar ao homem uma especialidade, porque se tornará assim uma máquina utilizável e não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto."

Albert Einstein

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	01
1.1 PROBLEMA	03
1.2 OBJETIVOS.....	04
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	05
2.1 AS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR.....	05
2.2 REGULAMENTO DISCIPLINAR.....	07
2.3 HIERARQUIA E DISCIPLINA.....	09
2.3.1 Hierarquia.....	11
2.3.2 Disciplina.....	14
2.4 TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR.....	15
2.4.1 Princípio da reserva legal.....	17
3 METODOLOGIA.....	19
4 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	20
4.1 INTRÓITO.....	20
4.2 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS.....	21
4.2.1 Princípios do processo administrativo.....	23
4.3 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NA PMPR.....	25
4.4 CORREIÇÃO, JUSTIÇA E DISCIPLINA NA PMPR.....	28
5 CORREGEDORIAS.....	32
5.1 CONCEITO.....	32
5.2 CENÁRIO ATUAL: O FUNCIONAMENTO DAS CORREGEDORIAS NO BRASIL.....	36
5.2.1 Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo.....	36
5.2.2 Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal.....	38
5.2.3 Corregedoria da Polícia Militar de Santa Catarina.....	40
5.3 A IMPORTÂNCIA DA CORREGEDORIA PARA A PMPR.....	41
5.4 PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO DE UMA CORREGEDORIA PARA A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	43
6 RESULTADO DA PESQUISA.....	48
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE I	82
ANEXO I.....	87

RESUMO

Esta pesquisa destina-se a uma análise do atual órgão interno da Polícia Militar do Paraná responsável pelo controle dos processos e procedimentos relativos à apuração de irregularidades praticadas por militares estaduais, o qual atua assessorando diretamente o Comandante Geral nas decisões atinentes a aplicação da justiça e disciplina. Também aborda a forma como funcionam os mecanismos de controle de assuntos internos de Corporações policiais de outros estados brasileiros, bem como analisa a importância da instauração de uma Corregedoria Geral para a Polícia Militar do Paraná, ao mesmo tempo, sugerindo opções de estrutura e funcionamento ideais para um órgão de correção em âmbito da milícia paranaense. Com base nos resultados obtidos no campo empírico, que foi realizada através da metodologia de pesquisa através de questionário, direcionado as autoridades do alto comando da Corporação e de outras que estão ligadas ao controle interno da Polícia Militar do Paraná. E ainda em pesquisa junto a outras Policiais Militares estaduais que tenham notoriedade em seus órgãos de correção, e em bibliografia ligadas ao controle interno e do direito administrativo e processo penal militar. Este estudo propõe-se demonstrar a importância da criação da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Paraná.

1 INTRODUÇÃO

A construção de um Estado de Direito exige o respeito às garantias fundamentais do cidadão que são essenciais para o desenvolvimento da sociedade e o fortalecimento das instituições. Após a promulgação da atual Carta Constitucional, em 05 de outubro de 1988, chamada de “Carta Cidadã”, foi projetado um novo tempo no campo social e público. Os representantes do povo buscaram instituir um Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

O Brasil deve constituir-se num Estado de Direito Democrático, submetendo-se ao império da lei – Princípio da Legalidade e da Reserva Legal – “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”¹, bem como ao da isonomia e eqüidade jurídicas.

É dever do Estado zelar pela integridade física e patrimonial dos cidadãos, que através de aparatos estatais instituídos para essa finalidade, a ela se obrigam sob pena de responsabilidade. Na execução dessa atividade, o Estado, através das forças policiais, poderá, quando necessário, utilizar-se da força para que se restabeleça a paz e tranqüilidade pública, sendo legitimada tal regra, pois as garantias do cidadão não devem lhe servir para a impunidade e sim para a aplicação efetiva da lei com eqüidade e justiça.

As instituições policiais militares responsáveis pela manutenção da ordem e da segurança pública sempre tiveram como preceitos basilares à hierarquia e a disciplina. Porém, quando se trata de processo administrativo ou penal, deve-se observar os preceitos constitucionais, que são direitos e garantias fundamentais assegurados ao cidadão.

Os novos princípios estabelecidos pela Constituição têm sido incorporados gradualmente pelas instituições militares, sendo essenciais no Estado de Direito. Sem elas, a nação brasileira não consegue alcançar os objetivos nacionais e

¹ (CF, art. 5º, II).

caminhar para o desenvolvimento econômico e social. Desse modo os cidadãos não aceitam que o Estado seja representado por dirigentes que não respeitam às leis e não obedecem às ordens previamente estabelecidas.

O cometimento de uma infração disciplinar traz como consequência a possibilidade de punição, direito legítimo do Estado, que não é questionado. A aplicação dos princípios constitucionais no processo administrativo não significa a quebra de preceitos, mas sim o fortalecimento do ato administrativo.

O processo administrativo dentro das instituições militares pode ser efetivo, célere, mas com a observância dos princípios constitucionais, sem que isso signifique a quebra dos poderes outorgados à administração pública que deve punir, se necessário severamente, todos os infratores, inclusive com a perda do cargo, posto, patente, graduação, vantagens, liberdade, bens, prerrogativas, transferência compulsória para reserva remunerada, o que for necessário.

O princípio da ampla defesa no campo militar, por muitos anos, se manteve apenas na doutrina e sem uma forma legal que possibilitasse sua aplicação prática. Ainda foi, por muito tempo, totalmente inimaginável a materialização do contraditório na vida militar. Eram, portanto, os conflitos julgados pela antigüidade dos contendores, vigorando-se na vida da caserna, o que se chamava “verdade sabida”, algo próximo do absoluto. Ampla defesa não é e não pode ser sinônimo de impunidade. Trata-se apenas de um princípio de justiça.

Assim, nos processos administrativos, deve-se obedecer aos princípios constitucionais trazidos pela Constituição Federal, bem como garantir ao acusado ou investigado, sempre, os meios de defesa e o contraditório, para possibilitar que a verdade seja a prevalente, pois nos dias atuais não se admite mais o ordenamento de atos acusatórios, cuja verdade já é sabida pela comissão julgadora que sentencia com base em provas e elementos construídos sem que fosse refutado pelo servidor acusado. E, exatamente, para banir estas perseguições, é que o constituinte moderno não permite mais a utilização de meios que impossibilitam a defesa do investigado em geral.

A era da “verdade sabida” no direito administrativo passou, e todo processo administrativo deverá ser pautado na garantia de defesa escrita e demais provas admitidas em direito, sob pena de nulidade insanável. Essa é a grande inovação do texto constitucional que, se não for observado e cultuado, gerará nulidade absoluta.

Surge uma nova era, faz-se necessária e indispensável à criação de um órgão especializado, estruturado e independente, o qual será obrigatoriamente responsável por garantir que os direitos acima mencionados não sejam desrespeitados, mas ao mesmo tempo fazer com que as devidas punições e sanções sejam aplicadas a todos aqueles que atentarem contra a ordem a qual são submetidos.

Nasce a figura das corregedorias nas polícias militares estaduais do Brasil, algumas já com tradição e estrutura muito bem sedimentadas, outras, ainda na fase embrionária, como o caso da Polícia Militar do Paraná, ainda em projeto.

Na presente pesquisa pretender-se-á demonstrar a importância da instalação de uma corregedoria para a Polícia Militar do Paraná e, sugerir, ao menos em tese, como deverá funcionar. É o que se fará através do referencial bibliográfico e pesquisa de campo desenvolvida através de questionário, demonstrando, sob a ótica daqueles que integram esta corporação, qual é sua opinião.

1.1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

Atualmente o órgão interno da Corporação que exerce o controle dos processos e procedimentos relativos à apuração de irregularidades praticadas por militares estaduais, assessorando o Comandante Geral nas decisões atinentes a aplicação da justiça e disciplina, é a Seção de Justiça e Disciplina – SJD, que esta subordinada à Diretoria de Pessoal.

Com uma estrutura ainda tímida e um grande volume de trabalho, a SJD/DP não consegue dar efetividade na sua totalidade das atividades que seriam desejadas de uma Corregedoria: executar as correições nas Unidades policiais militares; acompanhar os procedimentos fornecendo suporte aos responsáveis dos processos; fiscalizar os processos; agilizar as decisões a serem tomadas pelo Comando da Corporação e outras atividades de uma moderna Corregedoria.

Infelizmente a Polícia Militar do Paraná, ainda não obteve esta evolução importantíssima, que é ter um órgão de controle e fiscalização do pessoal interno, aos moldes das melhores Corregedorias que se apresentam.

O escopo deste projeto de pesquisa é fazer um estudo científico, para analisar a importância da instauração da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, e a conseqüente reestruturação do controle interno da Corporação, com a criação de um novo órgão com maior responsabilidade pelo controle e fiscalização dos assuntos internos da Polícia Militar do Paraná.

O tema é relevante, e de valor para a Corporação, visto que existe uma necessidade de modernização na fiscalização do público interno, e perspectivas da criação de um órgão fortalecido para exercer as correições, e tratar dos assuntos internos com maior propriedade e também atender as expectativas da comunidade paranaense que vislumbra na implantação da Corregedoria da PMPR, a aplicação da justiça com rapidez e eficiência, aos desvios de conduta dos militares de polícia.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar a importância da implantação de uma Corregedoria Geral, em âmbito de Polícia Militar do Paraná.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Descrever o que é uma corregedoria;**
- b. Apresentar como algumas corregedorias de Polícias Militares funcionam no Brasil;**
- c. Apresentar como funciona atualmente o setor responsável pela fiscalização e acompanhamento interno da Corporação;**
- d. Reunir elementos para uma possível reestruturação quanto aos mecanismos de controle dos assuntos internos, e propor opções de funcionamento de uma Corregedoria para a Corporação**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR

A atividade de segurança pública é privativa dos órgãos policiais previstos no art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos.

Em atendimento ao texto constitucional, a segurança pública é exercida pelos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares, sendo que cada um deles possui suas funções gerais delimitadas na Constituição Federal, e as demais atividades previstas em leis infraconstitucionais.

Dentre os órgãos mencionados pelo art. 144 da Constituição Federal dois deles possuem caráter militar, fundamentados nos basilares de hierarquia e disciplina: os Corpos de Bombeiros e a Polícia Militar, com graduações e postos semelhantes às Forças Armadas.

A lei máxima do Estado do Paraná também ratifica as atribuições constitucionais no que concerne à segurança pública, a estrutura e missão da Polícia Militar do Paraná:

Art. 46. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

....

II - Polícia Militar;

Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

O Estado, portanto, é o responsável pela manutenção da ordem pública em seus aspectos de segurança pública, tranqüilidade e salubridade pública, por meio da atuação das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Somente os agentes que integram as forças policiais encontram-se legitimados para praticar atos voltados à preservação da ordem pública.

É claro que a determinação da Carta Cidadã Federal que o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública sejam executados por organizações militares, submetendo os servidores dessas organizações a Códigos especiais aplicáveis a eles e não aos outros cidadãos, pois a estes, não militares, aplicam-se as regras normais do país.

O art. 42 da atual Carta Magna define, e o faz exaustivamente, quais são os servidores militares no Brasil e, ao fazê-lo, já no *caput* do artigo, estabelece que: “*Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na Hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios*”.

Esta condição de que os integrantes destas Corporações são uma categoria diferenciada, ou seja, militares estaduais, é confirmada na Constituição Estadual em seu artigo 45: “*São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.*”

O militar estadual, portanto, deve ser um profissional altamente preparado para o policiamento ostensivo geral, para a preservação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, para o combate a criminalidade, o que exige técnicas de investigação, conhecimento das condições sociais, e da região, relacionamento com a comunidade, investimentos em infra-estrutura e material humano.

A ampla competência da Polícia Militar, através das atribuições de seus integrantes, na preservação da ordem pública engloba, inclusive, a competência específica dos demais órgãos policiais, pois a Polícia Militar é a verdadeira força pública da sociedade. E nesta investidura de defensores da lei e da ordem, e no exercício das funções inerentes aos militares de polícia, para a segurança pública e social, acabam por incorporar o poder de polícia, que assim conceitua-se segundo nossos grandes juristas:

Meirelles (2007, p. 131-132) assim doutrina:

é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

Diferente não é o entendimento de Lazarinni (1998, p. 55-56):

é um conjunto de atribuições da administração pública, como poder público, tendentes ao controle dos direitos e liberdades das pessoas, naturais ou jurídicas, a ser inspirado nos ideais do bem comum.

A função especializada desenvolvida pela polícia administrativa exige a existência de Leis e regulamentos que disciplinem as ações de seus integrantes, que devem preservar a lei e, ao mesmo tempo, respeitar os direitos e garantias fundamentais que foram assegurados aos cidadãos, que também possuem limites, com base no interesse público e no bem comum.

2.2 REGULAMENTO DISCIPLINAR

Os policiais militares e bombeiros militares, no exercício de suas atividades constitucionais, ficam sujeitos à responsabilidade criminal, administrativa e civil pelos danos que venham a causar à Administração Pública, civil ou militar, e à integridade física e patrimonial dos administrados.

Na esfera administrativa, os militares estaduais paranaenses, ao contrário do funcionalismo civil, que é regido pelo Estatuto dos Funcionários, ficam sujeitos aos diversos diplomas legais administrativos, próprios da Instituição Policial Militar, entre eles, ressaltam-se os principais: o Códigos da Polícia Militar do Paraná, o Código de Ética dos Militares Estaduais, Regulamento Interno e Serviços Gerais – RISG/PMPR e o de Regulamento Disciplinar.

O regulamento disciplinar da Polícia Militar do Paraná, por força do art. 482 do Regulamento Interno de Serviços Gerais, Decreto nº 9.060, de 1º de dezembro de 1949, é o mesmo em vigor no Exército Brasileiro, ou seja o Decreto 4.346, de 26 de agosto de 2002, Regulamento Disciplinar do Exército, mas é importante destacar que as particularidades e peculiaridades das corporações policiais são levadas a efeito, com aplicação dos outros códigos de conduta da Corporação.

Rosa (1999, p. 1-2) ensina que a transgressão disciplinar militar pode ser entendida como sendo:

Toda ação ou omissão contrária ao dever militar, e como tal classificada nos termos do presente regulamento. Distingue-se do crime militar que é ofensa mais grave a esse mesmo dever, segundo o preceituado na legislação penal militar. São consideradas ainda, também, transgressões disciplinares, as ações ou omissões não especificadas no presente artigo e não qualificadas como crimes nas leis penais militares, contra os Símbolos Nacionais, contra a honra e o pudor individual militar; contra o decore da classe, contra os preceitos sociais e as normas da moral; contra os princípios de subordinação, regras e ordens de serviços, estabelecidas nas leis ou regulamentos, ou prescritas por autoridade competente.

No Regulamento Disciplinar do Exército, o assunto transgressão disciplinar está estampado da seguinte forma:

Art. 14. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decore da classe.

O cometimento de uma infração disciplinar traz como consequência a possibilidade de punição, direito legítimo do Estado. A aplicação dos princípios constitucionais no processo administrativo não significa a quebra de preceitos, mas o fortalecimento do ato administrativo.

O processo administrativo dentro das instituições militares pode ser efetivo e célere, mas com a observância dos princípios constitucionais, sem que isso signifique a quebra dos poderes outorgados à administração pública que deve punir, se necessário severamente, todos os infratores, inclusive com a perda do cargo, posto, patente, graduação, vantagens, liberdade, bens, prerrogativas ou a transferência compulsória para a reserva remunerada.

Assim, nos processos administrativos, deve-se obedecer aos princípios constitucionais trazidos pela Carta Magna, bem como garantir ao acusado ou investigado, sempre, os meios de defesa e contraditório, para possibilitar que a verdade seja prevalente.

Na visão de Cunha (2004, p.37), houve grandes avanços com a reformulação do Regulamento Disciplinar do Exército, vez que definiu claramente as regras do contraditório e da ampla defesa nas questões da punição dos militares.

Defesa de legalidade não significa impunidade e muito menos quebra da hierarquia e da disciplina. Senão, veja-se a opinião deste doutrinador (CUNHA, 2004.p. 39):

Finalmente é importante ressaltar que a defesa da legalidade não significa a busca da impunidade ou mesmo a quebra da hierarquia e da disciplina. A observância dos princípios constitucionais não impede e nunca impedirá a punição do militar infrator, que deve, inclusive, se comprovada a sua culpabilidade, ser afastado de suas funções ou se for o caso, perder a sua patente ou graduação.

Nos ensinamentos de Delmanto (1994, p. 60), sanção administrativa é o mesmo que a pena cabível em razão do ato irregular praticado, sendo a “imposição da perda ou diminuição de um bem jurídico”, aplicada pela autoridade detentora dos poderes hierárquico e disciplinar. A transgressão disciplinar detém requisitos formais essenciais que a integram, dentre eles a tipicidade e a antijuridicidade.

Há de se considerar ainda as excludentes de antijuridicidade, reconhecidas pelo Poder Judiciário, quando houver vinculação de uma falta-crime com outra de natureza administrativa, mesmo que se postule que apenas a absolvição por negativa de autoria ou inexistência do fato afete a esfera disciplinar.

Neste escopo entende-se que as Corporações Policiais Militares devem procurar instituir os seus próprios estatutos adaptados às atividades de polícia, sem que a hierarquia e a disciplina sejam desrespeitadas, afinal, todos os órgãos da administração pública estão sujeitos a esses princípios.

2.3 HIERARQUIA E DISCIPLINA

A hierarquia e a disciplina são institutos de qualquer organização ou entidade, sejam elas integrantes da administração pública ou não.

Hierarquia significa o conjunto de poderes subordinados uns aos outros, sejam eclesiásticos, civis ou militares, classificando e ordenando a graduação do

poder correspondente às diferentes classes de funcionários públicos.

Cavalcanti (1966, p. 23) disserta que:

A hierarquia é, no dizer de Hauriou, a superposição de graus em uma organização autoritária de agentes, por tal forma que os agentes inferiores não executam as suas funções pelo cumprimento único e diretamente da lei, mas devem também obedecer a seus chefes que expedem instruções sobre a maneira de cumprir norma legal.

Esta hierarquia pode significar não somente a existência de numerosos graus de jurisdição, mas também a distribuição de competência na esfera administrativa.

Disciplina é a imposição de autoridade, de método, de regras ou de preceitos, ou seja, é o respeito da autoridade, a observância de métodos, regras ou preceitos. Trata-se de um conjunto de prescrições ou regras destinadas a manter a boa ordem e regularidade em qualquer entidade, seja pública ou privada.

Não é sem fundamento que estes dois institutos se constituem como pilares basilares das Polícias Militares, haja vista as normas vigentes.

Conforme reza a Constituição Federal:

Art. 42 - Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, **instituições com base na hierarquia e disciplina**, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (negrito nosso)

Esta previsão legal em matéria constitucional dispõe que as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares são pessoas jurídicas de Direito Público, militarmente sistematizadas e organizadas, tendo como base os princípios de hierarquia e disciplina.

A importância de tais instituições serem militarizadas está vinculada à própria competência prescrita no artigo 144 da Constituição Federal.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, também são instituições baseadas na hierarquia e disciplina, destinando-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.²

Tais bases institucionais das Forças Armadas são definidas na Lei n.º 6.880,

² Artigo 142 da Constituição Federal de 1988 e artigo 2º da Lei 6.880/80 (Estatuto dos Militares).

de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), que dispõe:

Art. 14 – A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas.

A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º - A **hierarquia militar** é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade.

§ 2º - **Disciplina** é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo. (negrito nosso)

Desde épocas mais remotas, qualquer força armada necessita estar alicerçada nestes dois pilares fundamentais: hierarquia e disciplina.

Diante de todo o contexto relacionado aos princípios basilares da hierarquia e da disciplina, ressalta-se que não existe a possibilidade de manutenção destes se não estiver correlacionada uma sanção que obrigue o militar a cumpri-la, sendo que sua conduta poderá deter reflexo tanto na esfera penal quanto administrativo-disciplinar militar.

2.3.1 Hierarquia

A organização administrativa é baseada em dois pressupostos fundamentais: a distribuição de competências e a hierarquia. O direito positivo define as atribuições dos vários órgãos administrativos, cargos e funções e, para que haja harmonia e unidade de direção, estabelece ainda uma relação de coordenação e subordinação entre os vários órgãos que integram a administração pública, ou seja, estabelece a hierarquia entre eles.

Em consonância com a lição de Di Pietro (2003, p. 74), pelo princípio da hierarquia, os órgãos da administração pública são estruturados de tal forma que se cria uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros, cada qual com atribuições definidas na lei. Desse princípio, que só existe relativamente às funções administrativas, não em relação às legislativas e judiciais, decorre uma série de

prerrogativas para a Administração, quais sejam: a de rever os atos dos subordinados, a de delegar e avocar atribuições e a de punir. Em contrapartida, surge para o subordinado o dever de obediência.

O dever de obediência impõe ao militar estadual o acatamento às ordens legais de seus superiores e sua fiel execução. Tal dever resulta da subordinação hierárquica e encontra assento no princípio disciplinar que forma toda organização policial-militar.

Por esse dever não está o militar estadual obrigado a cumprir mecanicamente toda ordem superior, mas, unicamente, as ordens legais. E, por ordens legais, entendem-se aquelas emanadas de autoridade competente, em forma adequada e com objetivos lícitos. O cumprimento de ordem ilegal, como o descumprimento de ordem legal, pode acarretar para o militar estadual uma responsabilidade disciplinar e criminal, conforme seja a lesão causada à organização ou a terceiros.

Para melhor compreensão do que ocorre dentro da instituição policial militar, oportuno é verificarmos o enfoque dado dentro da legislação peculiar, qual seja Decreto Federal nº 4.346 (RDE), o qual nos ensina que:

Art. 7º A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, por postos e graduações.
Parágrafo único. A ordenação dos postos e graduações se faz conforme preceitua o Estatuto dos Militares.

A hierarquia é correlacionada aos fins disciplinares, consignando o dever de obediência dos militares estaduais aos superiores hierárquicos dentro da estrutura da Polícia Militar.

O artigo 8º do Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, que reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, dispõe que a hierarquia nas Polícias Militares é dividida em postos e graduações, sendo posto o grau hierárquico dos oficiais de polícia e graduação o grau hierárquico das praças especiais de polícia e das praças de polícia, *in verbis*:

Art. 8º - A hierarquia nas Polícias Militares é a seguinte:
a) Oficiais de Polícia:

- Coronel
 - Tenente-Coronel
 - Major
 - Capitão
 - 1º Tenente
 - 2º Tenente
- b) Praças Especiais de Polícia:
- Aspirante-a-oficial
 - Alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia.
- c) Praças de Polícia:

Graduados

- Subtenente
- 1º Sargento
- 2º Sargento
- 3º Sargento
- Cabo
- Soldado.

§ 2º - Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão se convier às respectivas Polícias Militares.³

- b) suprimir na escala hierárquica um ou mais postos ou graduações das previstas neste artigo; e
- c) subdividir a graduação de soldado em classes até o máximo de três.

A Polícia Militar do Paraná adota a hierarquia à semelhança dos militares do Exército Brasileiro, sendo tal ordenação regulada pela Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954, *in verbis*:

Art. 23. A precedência hierárquica entre os militares é regulada pelo posto ou graduação e, em caso de igualdade, pela antigüidade relativa.

Parágrafo único. Posto é o grau hierárquico do oficial conferido por decreto e confirmado em Carta Patente⁴; graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pela autoridade competente.

Art. 24. A hierarquia dos militares da Corporação é idêntica à dos militares do Exército, até o posto de coronel inclusive⁵.

§ 1º. A antigüidade de cada posto ou graduação assegura a precedência e é contada a partir da data do ato da respectiva promoção, graduação, nomeação ou declaração, salvo se, em ato da autoridade competente, for taxativamente fixada outra data.

§ 2º. No caso de ser igual antigüidade referida no parágrafo anterior, prevalece sucessivamente a dos graus hierárquicos anteriores e, se ainda assim subsistir a igualdade de antigüidade, esta será fixada pela data de praça e a seguir pela de nascimento.

§ 3º. Em igualdade de posto ou graduações, os militares da ativa têm precedência sobre os da reserva ou reformados⁶.

³ Redação dada pelo Decreto-Lei nº. 2.106, de 06 fev. 84.

⁴ A disposição sobre a expedição de Carta Patente aos oficiais da PM está expressa na Lei nº 179, de 24 Dez 46.

⁵ Sobre a hierarquia nas PPMM, ver art. 8º do Decreto-Lei nº 667/69.

⁶ V. Art. 31 do R-200 (precedência dos Alunos da EsFO).

Cabe ressaltar que, em relação à estrutura da Polícia Militar, dentre os Coronéis em situação de atividade, haverá aqueles que deterão precedência funcional uns sobre os outros, haja vista a subordinação direta.

Ainda neste aspecto existe, integrando como órgão de direção geral da Polícia Militar, o Comandante-Geral da Polícia Militar, que é o responsável superior pelo comando e pela administração da Corporação.

2.3.2 Disciplina

É pela hierarquia que se mantém a disciplina, fazendo com que os integrantes das Polícias Militares cumpram seus deveres e obrigações, sob pena de serem responsabilizados disciplinarmente caso não ocorra a sua observância. Fagundes (2005, p. 23) deixa cristalina tal distinção:

Onde há hierarquia, com superposição de vontade, há, correlativamente, uma relação de sujeição objetiva, que se traduz na disciplina, isto é, no rigoroso acatamento pelos elementos dos graus inferiores da pirâmide hierárquica, às ordens, normativas ou individuais, emanadas dos órgãos superiores. A disciplina é, assim, um corolário de toda organização hierárquica.

O Regulamento Disciplinar do Exército, aplicado à Polícia Militar do Estado do Paraná, com base no Regulamento Interno e de Serviços Gerais (Decreto Estadual nº 9.060/49), traduz o que seja disciplina:

Art. 8º A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar.

§ 1º São manifestações essenciais de disciplina:

- I - a correção de atitudes;
- II - a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;
- III - a dedicação integral ao serviço; e
- IV - a colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência das Forças Armadas.

§ 2º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos permanentemente pelos militares na ativa e na inatividade.

Cunha (2004, p. 20) descreve que a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições quer dizer, administrativamente, o controle de legalidade ou legitimidade, que deve ser exercido, principalmente por quem tem competência.

Não bastam para ao militar as manifestações essenciais de disciplina; faz-se imperioso o cumprimento da lei:

Não bastam, portanto, ao militar apenas as manifestações constantes do § 1º do artigo em comento, é necessário que cumpra a lei, que os seus atos estejam conformados com o texto legal, sob pena de pouco adiantar a sua aparente presteza para com os seus superiores.

Enfim, o militar deve ser disciplinado e disciplinador, buscando atingir em seus serviços prestados os fins colimados pelo Estado na busca do bem-comum.

2.4 TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES

Transgressão disciplinar é o ato ilícito comissivo ou omissivo, de natureza administrativa que, praticada por um militar estadual, atenta contra os deveres a ele impostos pela Administração Pública Militar. A Constituição Federal, em seu artigo 37, caput, ressalta que a administração pública, integrada pela Polícia Militar, deve buscar sempre o seu aperfeiçoamento institucional, baseando-se no princípio da eficiência.

O Regulamento Disciplinar do Exército traduz o que seja transgressão disciplinar da seguinte maneira:

Art. 14. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.

§ 1º Quando a conduta praticada estiver tipificada em lei como crime ou contravenção penal, não se caracterizará transgressão disciplinar.

§ 2º As responsabilidades nas esferas cível, criminal e administrativa são independentes entre si e podem ser apuradas concomitantemente.

§ 3º As responsabilidades cível e administrativa do militar serão afastadas no caso de absolvição criminal, com sentença transitada em julgado, que negue a existência do fato ou da sua autoria.

§ 4º No concurso de crime e transgressão disciplinar, quando forem da mesma natureza, esta é absorvida por aquele e aplica-se somente a pena relativa ao crime.

§ 5º Na hipótese do § 4º, a autoridade competente para aplicar a pena disciplinar deve aguardar o pronunciamento da Justiça, para posterior avaliação da questão no âmbito administrativo.

§ 6º Quando, por ocasião do julgamento do crime, este for descaracterizado para transgressão ou a denúncia for rejeitada, a falta cometida deverá ser apreciada, para efeito de punição, pela autoridade a que estiver subordinado o faltoso.

§ 7º É vedada a aplicação de mais de uma penalidade por uma única transgressão disciplinar.

§ 8º Quando a falta tiver sido cometida contra a pessoa do comandante da OM, será ela apreciada, para efeito de punição, pela autoridade a que estiver subordinado o ofendido.

§ 9º São equivalentes, para efeito deste Regulamento, as expressões transgressão disciplinar e transgressão militar.

Art. 15. São transgressões disciplinares todas as ações especificadas no Anexo I deste Regulamento.

Defesa de legalidade não significa impunidade e muito menos a quebra da hierarquia e disciplina, senão veja-se a doutrina de Cunha (2004, p. 39):

Finalmente é importante ressaltar que a defesa da legalidade não significa a busca da impunidade ou mesmo a quebra da hierarquia e da disciplina. A observância dos princípios constitucionais não impede e nunca impedirá a punição do militar infrator, que deve, inclusive, se comprovada a sua culpabilidade ser afastado de suas funções ou se for o caso perder a sua patente ou graduação.

Nos ensinamentos de Delmanto (1994, p. 60), sanção administrativa nada mais é do que uma pena cabível em razão do ato irregular praticado, sendo a *“imposição da perda ou diminuição de um bem jurídico”* aplicada pela autoridade detentora dos poderes hierárquico e disciplinar. A transgressão disciplinar detém requisitos formais essenciais que a integram, sendo eles a tipicidade e a antijuridicidade.

Tipicidade, quanto ao presente estudo, é a correspondência entre a conduta ilícita de natureza administrativa praticada pelo militar da Polícia Militar do Paraná e

a devida descrição legal contida no Regulamento Disciplinar do Exército, no Decreto Estadual nº 5.075⁷ e outros regulamentos e códigos aplicáveis ao militar de polícia.

Antijuridicidade é a contrariedade relacionada entre o ato praticado pelo militar tipificado no Regulamento Disciplinar do Exército, Decreto Estadual nº 5.075 (Código de Ética) e no ordenamento jurídico vigente, qualquer que seja a sua fonte, atentando diretamente contra os valores fundamentais e deveres éticos elencados nos artigos 6º e 7º do Decreto nº 5.075, não detendo qualquer excludente de natureza administrativa descrita no artigo 18 do Regulamento Disciplinar do Exército, *in verbis*:

Art. 18. Haverá causa de justificação quando a transgressão for cometida:
 I - na prática de ação meritória ou no interesse do serviço, da ordem ou do sossego público;
 II - em legítima defesa, própria ou de outrem;
 III - em obediência a ordem superior;
 IV - para compelir o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, em caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública, manutenção da ordem e da disciplina;
 V - por motivo de força maior, plenamente comprovado; e
 VI - por ignorância, plenamente comprovada, desde que não atente contra os sentimentos normais de patriotismo, humanidade e probidade.
 Parágrafo único. Não haverá punição quando for reconhecida qualquer causa de justificação.

Há de se considerar ainda outras excludentes de antijuridicidade reconhecidas pelo poder judiciário quando houver vinculação de uma falta-crime com a de natureza administrativa, ainda que se postule que apenas a absolvição por negativa de autoria ou inexistência do fato afete a esfera disciplinar.

2.4.1 Princípio da Reserva Legal

O princípio da reserva legal é o mais importante dentre os outros, na opinião de quase todos os constitucionalistas, pois estabelece que o comportamento ilícito deve estar previsto em lei, a qual lhe atribui uma sanção "*nullum crimen, nulla poena sine lege*".

Em matéria disciplinar, pode ser afirmado que a lei, elaborada em

⁷ Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais do Paraná, de 28 de dezembro de 1998.

conformidade com os ditames jurídicos vigentes, é que determina o que é transgressão disciplinar e, sendo uma norma perfeita, determina o tipo de sanção aplicável à transgressão tipificada. Quanto à anterioridade da lei, torna-se necessário que a vigência da norma legal que tipifica a conduta ilícita administrativa seja anterior ao ato praticado, isto da mesma forma que a pena. Diante destes princípios, advêm os seus efeitos, que são as conseqüências de seus enunciados: a irretroatividade da norma mais grave e a sua taxatividade. A irretroatividade da lei está relacionada ao princípio da anterioridade, pois a norma jurídica deve ter vigência a partir da data determinada de forma expressa ou tácita, não se aplicando aos casos anteriores, exceto se forem trazer benefícios ao acusado do cometimento do ilícito, isto em matéria penal e disciplinar. Quanto ao efeito da taxatividade, torna-se plausível a melhor análise, pois o efeito é pertinente somente ao Direito Penal e não ao Direito Administrativo de natureza disciplinar.

Assim sendo, pode ser afirmado que não existe, em matéria disciplinar, o efeito da taxatividade referente ao princípio da legalidade, pois, em face do Direito Penal, as normas incriminadoras devem ser taxativas, expondo exatamente a conduta ilícita que deve ser punida, o que não ocorre com as transgressões disciplinares, que, apesar de estarem tipificadas no Regulamento Disciplinar, não se exige que todas as condutas irregulares possíveis de serem praticadas por um militar estadual devam ser taxativas, pois é impossível o legislador enumerar com exatidão a infinita gama de transgressões abstratas passíveis de cometimento. Dessa forma é pertinente dizer que as transgressões disciplinares se apresentam de forma genérica, haja vista que não existe o efeito da taxatividade pertinente ao ilícito penal.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa será realizado junto às mais altas autoridades envolvidas no controle interno, justiça e disciplina da Polícia Militar do Paraná, haja vista o interesse em captar a experiência destes indivíduos, bem como que não surtiria um resultado desejado dirigir a pesquisa a uma gama maior de militares, pois teria uma certa resistência e desconhecimento quanto aos assuntos ligados ao controle interno da Corporação.

Portanto, foram eleitas como público alvo da pesquisa as seguintes Autoridades: Juiz Auditor da Justiça Militar Estadual, Promotor de Justiça e o Chefe do Cartório da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual – VAJME, o alto Comando da Corporação e outros Oficiais encarregados e designados da fiscalização em termos de justiça e disciplina e dos procedimentos internos da Corporação, ou seja, o Comandante Geral, Chefe do Estado Maior, os Diretores, os Comandantes Intermediários, os Chefes das Seções de Estado Maior, Assessoria Jurídica e da Seção de Justiça e Disciplina e os Comandantes da Academia Policial Militar do Guatupê e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

A técnica de pesquisa escolhida foi o questionário, o qual será entregue pessoalmente pelo pesquisador a todo o universo do estudo, sendo que o questionário é composto de dez questões fechadas, com possibilidade de justificativa como forma de granjear a experiência e a visão de cada um dos entrevistados.

4 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

4.1 INTRÓITO

O setor responsável pela verificação da observância ou falta desta às normas disciplinares da Polícia Militar do Paraná nos dias atuais é o SJD – Setor de Justiça e disciplina, o qual é dotado de inúmeras atribuições⁸. Dentre elas, cumpre destacar aquelas que estão intimamente ligadas a questão do respeito à conduta disciplinar propriamente dita, sendo que, tal razão se dá pelo fato de que esta seja a característica mais observada pela população, a principal beneficiária da existência desta Corporação.

Por ser a principal característica da Polícia Militar a prevenção e manutenção da ordem pública através do policiamento ostensivo, a conduta destes militares de polícia deve ser pautada pelo respeito ao pundonor-militar, a honra e o decoro da classe, entre outros consectários. Em caso de inobservância a estes postulados, estará o militar incorrendo em infração disciplinar, passível de punição,

⁸ O Setor de Justiça e Disciplina (SJD) da PMPR tem por finalidade específica as missões de Examinar e propor soluções aos processos disciplinares a Conselhos de Disciplina e Justificação; informar sobre processos de reinclusão e reintegração; emitir informações normativas sobre dúvidas de interpretação dos regulamentos aplicados na corporação; preparar expediente referente a agravamento, atenuação, relevação ou anulação de punições disciplinares; elaborar Boletins Reservados, organizar e manter o arquivo dos documentos de caráter disciplinar, secretos e reservados; preparar o encaminhamento de processos administrativos cujas soluções seja de competência do Comandante Geral, instruir os processos disciplinares que em grau de recurso subam a decisão do Comandante Geral, providenciar sobre cumprimento de mandados de prisão e alvarás de soltura, dos integrantes da corporação, manter em arquivo cópias dos autos de prisão em flagrante lavrados contra integrantes da corporação, examinar e propor soluções para processos administrativos com referência a exclusões por Sindicância e por Conselho de Disciplina; sanear e preparar o encaminhamento de IPM para apreciação e julgamento pela Auditoria Militar Estadual; receber e expedir documentos que tratam da apresentação de oficiais e praças às autoridades Judiciárias, Policiais e outras de âmbito Federal, Estadual e Municipal; formalizar as reintegrações; formalizar o licenciamento a bem da disciplina as praças sem estabilidade cadastrar os indiciados no diversos processos instaurados na corporação; controlar prazos regulamentares para elaboração de diferentes processos em uso na corporação; preparar notas para o boletim geral relativa aos problemas de justiça e disciplina; informar e encaminhar os processos referentes a medalhas e condecorações; elaborar e propor recompensas e elogios previstos nos regulamentos da Corporação. Acesso em 17/04/08, disponível em

<<http://www.pmpr.pr.gov.br/pmpr/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=429>>.

após os devidos processos e procedimentos. É exatamente neste ponto que inicia a atuação do SJD – Setor de Justiça e Disciplina.

O SJD, em um passado remoto, atendeu as aspirações da sociedade e da própria Corporação de forma satisfatória, mas entende-se que com a evolução das relações sociais, as mudanças e dinâmica da legislação, o crescimento populacional e o conseqüente aumento do efetivo militar, a estrutura representada pelo SJD necessita de urgentes reformas, modernização e ampliação, sob pena de entrar em colapso, e não mais conseguir cumprir efetivamente a sua missão.

A criação de uma Corregedoria não deve, nem pode ser encarada como algo que visa apenas punir os militares estaduais. A função primordial é, indubitavelmente, contribuir para a melhoria da instituição, garantindo seu perfeito funcionamento, honrando seu nome e sua tradição.

A necessidade da criação de uma Corregedoria para a Polícia Militar do Paraná visa atender não só os anseios dos próprios membros da Corporação, mas também da população em geral, sendo mais um meio de estabelecimento do Estado Democrático de Direito.

Porém, antes de analisar o objetivo central desta pesquisa, cumpre fazer algumas referências a atual estrutura, em um primeiro momento, referenciando aos princípios do processo administrativo e, após, a aplicação destes princípios nos processos administrativos no âmbito da Polícia Militar do Paraná, afinal será através dos processos e procedimentos que a Corregedoria poderá exercer seu poder de órgão de correição.

4.2 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Submete-se o Estado no exercício da função pública às regras do ordenamento jurídico vigente que têm por finalidade a garantia e o funcionamento de seus serviços. Na administração pública brasileira, todos os atos praticados devem ser revestidos de competência, finalidade, forma, motivo e objeto, para serem considerados válidos e incontestáveis juridicamente. Dessa forma, o Estado não exerce uma atividade eventual e sua regularidade deve ser garantida. Quando essa

regularidade é violada pela transgressão de uma norma administrativa praticada por um servidor público⁹, no exercício de suas funções, cabe ao Estado impor sanções aos que transgridem as regras desse mesmo ordenamento jurídico as quais o direito denomina de normas disciplinares. As normas disciplinares são princípios jurídicos que definem infrações disciplinares e cominam penas aos infratores. O que garante a aplicação correta dessas medidas de ordem corretivas são os processos administrativos, difundidos por toda a administração pública.

Muitos administrativistas confundem o conceito de processo e o de procedimento, mas essa confusão não deve ocorrer, pois tecnicamente apresentam distinção entre si e suas finalidades são também divergentes. Segundo Medauar (2007, p. 161-163), a expressão processo administrativo revela que se trata de processo existente na administração pública.

Já o administrativista Meirelles (2001, 578-579) distingue da seguinte forma esses vocábulos:

Processo é o conjunto de atos coordenados para a obtenção de uma decisão sobre uma controvérsia no âmbito judicial ou administrativo; procedimento é o modo de realização do processo, ou seja, o rito processual. O processo, portanto pode realizar-se por diferentes procedimentos, consoante a natureza de questão a decidir e os objetivos da decisão. O que caracteriza o processo é o ordenamento de atos para a solução de uma controvérsia; o que tipifica o procedimento de um processo é o modo específico do ordenamento desses atos.

Nos ensinamentos de Di Pietro (2003, p. 503) podemos dizer que o processo é a parte principal, ou seja, é o instrumento indispensável para o exercício de função administrativa, sendo o procedimento a exteriorização de função administrativa, a maneira como a administração atinge esses atos, pois não existe processo sem procedimento, entretanto, pode existir procedimento sem processo. Todos os atos isolados da administração se revestem de um procedimento. Os atos mais complexos precisam de um processo, situações em que há litigância ou situações sancionatórias ou disciplinares. O procedimento é a forma como o processo é elaborado, como ele anda, caminha. Todo ato do processo se constitui num procedimento isolado e equivale a rito, forma de proceder.

⁹ Expressão utilizada pela Constituição Federal.

Existem diversas modalidades de processos administrativos, no âmbito da administração pública. Sendo o processo administrativo disciplinar objeto deste estudo, tais processos são destinados ao controle disciplinar dos administrados, com vista à apuração de transgressões e aplicação das devidas penas disciplinares, o que não é estranho às organizações militares. Trata-se, portanto, da exteriorização do poder disciplinar do Estado sobre o servidor público ou sobre o militar estadual, quando da violação de norma administrativo-disciplinar.

4.2.1 Princípios do Processo Administrativo

Observa-se na leitura da doutrina estudada que os processos devem obedecer a alguns princípios. Medauar (2007, p. 166), em sua obra, relata que esses princípios variam de autor para autor, segundo as concepções de cada um e o teor do direito legislado, para não serem passíveis da anulação por vício pelo poder judiciário.

Nos ensinamentos de Meirelles (2007, p. 646-648), verifica-se que doutrinariamente são esses os princípios do processo administrativo:

i) **Legalidade objetiva** – o processo deve apoiar-se em norma legal, ou seja, exige que o processo administrativo seja instaurado e elaborado nos estreitos limites da lei. Daí se sustentar que o processo, como no recurso administrativo, ao mesmo tempo em que ampara o particular, serve também ao interesse público na defesa da norma jurídica objetiva, visando a manter o império da legalidade e da justiça no funcionamento da administração pública. Todo processo administrativo há de se respaldar, portanto, numa norma legal específica para se apresentar como legalidade objetiva, sob a pena de invalidade.

ii) **Oficialidade ou impulsão** – o processo deve ser impulsionado pela administração, não devendo ficar parado. Este princípio diz respeito à solução de continuidade que o processo administrativo tem que sofrer independente da sua motivação. Uma vez iniciado, passa a pertencer ao poder público, a quem compete o seu impulsionamento até a decisão final. Caso a administração o retarde, ou dele se

desinteresse, infringe o princípio da oficialidade, e seus agentes podem ser responsabilizados por tal omissão. Outra consequência deste princípio é a de que o processo não se extingue pelo decurso de tempo, senão quando a lei expressamente o estabelece.

iii) **Informalismo** – ou informalismo moderado: deve-se seguir o procedimento, mas sem considerar as faltas formais que não venham trazer prejuízo às partes e ao processo administrativo, os quais devem ficar restritos a formas definidas no seu rito legal e sacramental, mas não se exigem os rigores do processo penal. Dispensam-se os ritos pesados e extremamente rígidos, desde que isso não acarrete prejuízo para a defesa do acusado, visto que ela prevalece sempre. Ele deve ser simples, pois a sua dinâmica exige, pelo próprio interesse público, uma decisão rápida. Deve restringir-se ao rito legal, pois se não for por ele conduzido, poderá ser anulado.

iv) **Verdade material** – a verdade material deve ser buscada e trazida ao processo. É a possibilidade ampla e irrestrita da busca da verdade. A autoridade tem liberdade total de, a qualquer momento, produzir e aceitar novas provas; ela, para emitir o seu julgamento, não precisa ficar presa ao apresentado pelas partes, uma vez que pode, a seu juízo, buscar a verdade dos fatos, pois o que interessa para o bem do serviço público é isso. Este princípio é o que possibilita a revisão dos atos da administração, justamente pela liberdade de produção de provas pelas partes. Ainda, o *reformatio in pejus* pode ser invocado a qualquer momento.

v) **Garantia de defesa** – o processo deve observar o princípio do contraditório e da ampla defesa, princípio consagrado pelo direito constitucional, assegurado no inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, juntamente com a obrigatoriedade do contraditório, como decorrência do devido processo legal. Por garantia de defesa se deve entender não só a observância do rito adequado, mas também a cientificação do processo ao interessado, a oportunidade para contestar a acusação, produzir prova de seu direito, acompanhar os atos da instrução e utilizar-se dos recursos cabíveis. A inobservância de tal princípio acarreta nulidade do processo.

A observância desses princípios é fundamental em qualquer processo administrativo, os quais devem ser observados rigorosamente, podendo a autoridade

processante incorrer em crime ou falta funcional, praticar abuso de poder e sacrificar direitos individuais dos administrados.

Nas lições de Meirelles (2001, p. 648), o que processo administrativo busca é a aplicação de medidas disciplinares cabíveis e o esclarecimento de fatos que envolvem a administração e os seus servidores, civis ou militares. Todos os atos praticados que se baseiam no processo administrativo serão revestidos de legalidade, desde que observados os seus requisitos: competência, finalidade, motivo, forma e objeto, pois o ato administrativo é a manifestação unilateral de vontade da administração, no sentido de se modificar, extinguir, criar, validar, invalidar, resguardar o interesse público, sem a necessidade de prévia consulta ao administrado.

4.3 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Nas corporações policiais militares, há diversos tipos de procedimentos e processos administrativos, os quais se destinam a apurar falhas ou desvios de conduta, resguardar direitos, decidir pela permanência ou não na corporação de militares estaduais cuja conduta fere a honra, decoro e o pundonor militar.

Como é sabido, faz-se necessário o rigorismo das leis penais e dos regulamentos disciplinares militares, principalmente aqueles que buscam manter a disciplina, fundamentalmente no funcionamento e aplicação desses regulamentos e normas, os quais também estão inseridos no âmbito do Direito Administrativo, exatamente na especial categoria do Direito Administrativo Disciplinar o qual contém um rito próprio e específico.

Há, entretanto, a necessidade de distinção entre os processos administrativos existentes nas corporações militares estaduais, principalmente na Polícia Militar do Paraná, uma vez que, pela forma e finalidade, podem ser eles singulares ou colegiados.

Os processos administrativos singulares são os mais comuns na corporação, uma vez que são destinados à apuração de pequenas faltas ou ainda para que direitos sejam resguardados. Nesses processos, normalmente há apenas um oficial

que preside os atos, podendo ainda ser auxiliado por um graduado, o qual exercerá a função de escrivão.

No que concerne ao objetivo maior desta pesquisa, têm-se assim os seguintes processos no âmbito da Polícia Militar do Paraná:

Inquérito Policial Militar – nos termos do artigo 9º do Código de Processo Penal Militar, é conceituado como sendo um procedimento administrativo, portanto não podendo ser confundido com um processo. É destinado a apurar de forma sumária fato que, em tese, se constitua crime militar, bem como a sua autoria e materialidade. É peça de caráter provisório e instrutório da ação penal militar.

Sindicância – segundo a norma legal, que regula a matéria na corporação (Portaria do Comando Geral n.º 338, de 24 abril de 2006), “Sindicância é o instrumento de natureza administrativa e de caráter inquisitorial que tem por finalidade apurar o fato, produzindo provas e esclarecendo circunstâncias, de forma a subsidiar decisão da autoridade competente.” Na acepção da palavra é muito mais um procedimento. Daí a razão de optarmos pela expressão “instrumento de natureza administrativa”, pois, quando destinada a averiguar notícia de transgressão disciplinar, busca determinar a autoria da falta funcional, ministrando elementos indispensáveis para a propositura da ação disciplinar, entretanto, equipara-se ao Inquérito Policial Militar quando subsidia a ação penal.

Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD) - Ainda no âmbito dos singulares, figurando como um processo administrativo, definido pelo Regulamento Disciplinar do Exército e Portaria do Comando-Geral da PMPR nº 339, de 27 de abril de 2006. O Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar serve para apuração de irregularidades com autoria certa e adoção de medidas administrativas cabíveis, dentro dos preceitos da obediência do direito de defesa. Dos singulares, é o Processo Administrativo no qual mais se deve observar os princípios da ampla defesa e do contraditório, uma vez que é amplamente acusatório-punitivo.

Ao contrário dos processos singulares, os colegiados são compostos por comissões de Oficiais, destinando-se basicamente à apuração de faltas graves, as quais podem resultar na incapacidade de permanência do Policial Militar na Instituição.

Basicamente, há dois processos colegiados dentro da Polícia Militar do Paraná, a saber:

Conselho de Disciplina – processo administrativo, regulamentado pela Lei Estadual n.º 6961 de 18 de novembro 1977. Nos ensinamentos de Cunha (2005, p. 11), podemos dizer que:

O Conselho de Disciplina é o processo administrativo destinado a julgar a incapacidade das praças integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná com ou sem estabilidade assegurada, para continuarem na ativa ou quando em inatividade e continuarem dignas de suas graduações, devido ao cometimento de falta disciplinar grave e outros atos previstos em lei, que as tornaram incompatíveis com a função policial militar.

Nesse processo administrativo, o direito de defesa e o contraditório devem ser extremamente observados, uma vez que a decisão final advinda dele resultará na permanência ou não do miliciano na corporação.

Conselho de Justificação – processo administrativo regulado pela Lei Estadual n.º 8115, de 25 de Junho de 1985. Cunha (2005, p. 137), classifica o Conselho de Justificação da seguinte forma:

O Conselho de Justificação é o processo administrativo destinado a julgar a incapacidade do Oficial para permanecer na ativa em decorrência do cometimento de uma falta disciplinar grave ou de um outro ato previsto nas leis e regulamentos.

Todos os oficiais estão sujeitos aos dispositivos do Conselho de Justificação, independentemente de estarem na ativa, reserva remunerada ou reformados, pelos motivos elencados em lei. Como no Conselho de Disciplina, a necessidade de se observarem os princípios constitucionais de ampla defesa e o contraditório é muito marcante, pois também haverá uma decisão que redundará na exclusão ou não do oficial das fileiras da Polícia Militar.

São definidos doutrinariamente como processos colegiados, porque são elaborados por uma comissão. Tais processos são os ditos Tribunais de Honra da Corporação, pois seus julgados são essencialmente éticos e morais, valores esses cultuados pelos milicianos estaduais, os quais a sociedade exige e espera de todos os policiais militares.

Visando dessa forma à purificação da corporação de profissionais que não se coadunam com as exigências morais e éticas que são exigidas para o desempenho da atividade profissional, e livrando a sociedade de “bandidos fardados”, destinam-se os processos a aplicarem a pena de exoneração aos militares estaduais. Esse julgamento ético, aduzido pelos processos colegiados, é corroborado pelos ensinamentos de Da Costa (1999, p. 34):

O funcionário policial-militar, em virtude da natureza delicada e complexa da sua missão necessita de uma boa imagem no meio da coletividade. Ademais, é notório que a única pessoa que não pode errar é o policial. A sociedade não o concebe como sendo igual às outras pessoas, e por isso não o perdoa.

Tais processos administrativos são instrumentos tipicamente militares e essencialmente de natureza moral, regulados em normas especiais, destinados a analisar os fatos que dizem respeito à conduta do militar estadual, sempre que, a respeito dela, houver uma acusação que seja capaz de gerar incompatibilidade para o exercício da função pública.

4.4 CORREIÇÃO, JUSTIÇA E DISCIPLINA NA PMPR

Para uma melhor compreensão no que tange aos mecanismos de controle interno da Polícia Militar do Paraná nos dias atuais, cumpre analisar as atividades de Justiça e Disciplina, fiscalização e investigação do público interno, nos aspectos ligado à correição.

Preliminarmente, deve-se referenciar a Lei nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976, nominada Lei de Organização Básica - LOB da PMPR, lei esta que define as atribuições legais dos órgãos ligados ao controle da justiça e disciplina dos membros da Corporação.

Dispõe o artigo 15:

Art. 15. A Diretoria de Pessoal é o órgão de direção setorial do Sistema de Pessoal que se incumbe do planejamento, execução, **controle e fiscalização** das atividades relacionadas com pessoal policial-militar e civil, englobando:

- III - inativos e pensionistas;
- IV- cadastro e avaliação;

VI- justiça e disciplina;
VII - recrutamento e seleção;
VIII -mobilização de pessoal;
X- assistência jurídica;
XII - identificação; (*negrito nosso*)

Estas atribuições da Diretoria de Pessoal são as que mais se enquadrariam na fiscalização e controle do público interno, mas, indubitavelmente a Setor de Justiça e Disciplina – SJD é a mais importante delas, por se preocupar com controle, fiscalização, e assessoramento quanto aos procedimentos e processos ligados à disciplina e justiça da Corporação.

A Seção de Justiça e Disciplina controla, fiscaliza, normatiza, e assessora o Comandante Geral da PMPR nos assuntos ligados à disciplina dos militares estaduais, principalmente nos assuntos relativos aos Conselhos de Disciplina e Justificação que julgam a condição do policial militar, de permanência ou não nas fileiras da Corporação, ou seja, a demissão do cargo público, por ter praticado ato atentatório a honra pessoal, pundonor militar e o decore da classe.

Atualmente a Seção de Justiça e Disciplina – SJD, que está subordinada à Diretoria de Pessoal, é o órgão interno da Corporação responsável por exercer controle sobre os processos e procedimentos relativos ao controle do pessoal interno, assessorando o Comandante Geral nas decisões atinentes a aplicação da justiça e disciplina.

Com uma estrutura ainda tímida e um grande volume de trabalho, a SJD/DP não consegue dar efetividade na sua totalidade as atividades que seriam desejadas de uma Corregedoria, quais sejam: executar as correções nas unidades policiais militares; acompanhar os procedimentos fornecendo suporte aos responsáveis dos processos; fiscalizar os processos, entre outras atribuições que seriam de uma corregedoria.

A corregedoria das corporações policiais, tanto as policiais militares como as civis estão presentes em quase todos os Estados brasileiros, mas infelizmente a sesquicentenária milícia paranaense ainda não obteve esta evolução importantíssima, que é ter um órgão de controle e fiscalização do pessoal interno, aos moldes das melhores Corregedorias que se apresentam.

Ainda na LOB encontram-se também as atribuições da 2ª Seção do Estado Maior:

Art. 11. O Estado-Maior é o órgão de direção-geral, responsável perante o Comandante-Geral, pelo estudo, planejamento, coordenação, **fiscalização e controle de todas as atividades da Polícia Militar**, cabendo-lhe a elaboração de diretrizes e ordens do Comando-Geral no acionamento dos órgãos de direção setorial e de execução no cumprimento de suas missões.

§ 1º. O Estado-Maior é assim organizado:

- a) Chefe do Estado-Maior;
- b) Subchefe do Estado-Maior;
- c) Seções do Estado-Maior;

....

- 2ª Seção (PM/2): **assuntos relativos a informações**; (*negrito nosso*)

A 2ª. Seção do Estado Maior, Agência Central, ou mesmo as 2ª. Seções pertencentes aos Comandos Intermediários e Unidades Operacionais, agências de inteligência, são mais conhecidas como "P/2".

Para se ter uma idéia do que representa "P/2", somente a pronúncia desta sigla já causa reações diversas tanto nos marginais como em policiais que possuem má conduta ou que tenham praticado alguma irregularidade. Veja-se que a atribuição desta seção é "assuntos relativos a informações", e neste contexto se encaixam tanto a produção de conhecimento relativo ao crime organizado e outros do interesse do Comando, bem como a investigação e acompanhamento de denúncias contra policiais militares que hajam praticado ou que sejam suspeitos de terem praticado algum ato ilícito passível de investigação.

Esta missão de investigar e acompanhar o comportamento de policiais militares que tenham praticado atos ilícitos acabou por criar uma mística no trabalho da "P/2", pois, ao mesmo tempo em que procura informações contra o crime organizado, ou algum fato de interesse das Autoridades superiores, que muitas vezes tem como fonte os próprios policiais militares, tem que se preocupar em investigar, em alguns casos o próprio informante policial militar, que repassou dados importantes. Veja-se que existe uma grande contradição, pois o próprio informante, mesmo na condição de policial militar, passa a ser alvo da investigação por parte da 2ª. Seção, causando com isto um afastamento, até mesmo de bons policiais que, mesmo não tendo praticado nenhum ato irregular, ficarão um tanto receosos em colaborar com a "P/2", sob pena de ficarem estigmatizados como alcagüetes diante de seus pares.

As modernas Corregedorias de Polícia Militar no Brasil estão abraçando este segmento de investigação do público interno, muitas vezes aos moldes das “P/2”, utilizando-se de técnicas de operações de inteligência, para a obtenção de provas e indícios que subsidiem os processos e procedimentos contra militares de polícia que hajam praticado alguma ilegalidade, desonerando as agências de inteligência da missão de investigação, controle e acompanhamento de “maus” policiais.

5 CORREGEDORIAS

5.1 CONCEITO

No campo da literatura, tem-se a doutrina de Naufel (1988, p. 383), o qual sintetiza que uma corregedoria seria o “cargo, função ou jurisdição do corregedor, ou lugar em que este exerce suas funções”, ou seja, numa interpretação livre, para uma corregedoria da Polícia Militar a jurisdição seria o âmbito interno em todo o Estado, e em toda a Corporação, em existindo o órgão e a função de executar as correições.

Segundo um dos glossários mais famosos no Brasil, o Aurélio (Dicionário Eletrônico Aurélio - Século XXI, 1999), corregedoria é o cargo ou jurisdição de corregedor, ou de corretoria; área de sua jurisdição.

O vocábulo corregedor, segundo Silva (2003, p. 388), é derivado do latim *corrector*, de *corrigere*, com o sentido de censor, administrador, reformador. Seria um grau de recurso de uma instância do Poder Judiciário, órgão “encarregado da fiscalização e disciplina dos serviços judiciários dos juízos *a quo*, objetivando zelar pelo bom funcionamento da justiça”. A expressão corregedor foi estendida aos demais Poderes e até o Ministério Público, criando-se as corregedorias no Parlamento e nos órgãos do Poder Executivo.

O entendimento da figura do Corregedor segue a mesma esteira no escólio de Naufel, ao afirmar que é o “Magistrado que tem por função emendar e corrigir os erros e abusos das autoridades judiciárias e dos serventuários da Justiça, competindo-lhe notar, declarar esses erros e nulidades, cominando penas e decretando a responsabilidade dos culpados.” Para as Polícias Militares, o Corregedor seria o Comandante ou Chefe da Corregedoria, tendo as devidas prerrogativas e poderes de uma autoridade, com finalidade de poder executar as correições no âmbito interno da Corporação, aos moldes do que existe como origem no Poder Judiciário.

O vocábulo correição deriva de correção, *correctio*, de *corrigere*, mais propriamente formado do antigo verbo *corregere*, emendar. E, numa significação lata, tal como a considerava a Ordenação, indicava o poder de corrigir, consistente em

julgar e castigar quem houvesse cometido uma falha. Possui, então, igual sentido de correção (SILVA, 2003. p. 389).

Atualmente é mais aplicado especialmente para indicar o exame ou vistoria procedida pela autoridade judiciária ou administrativa em certos lugares ou em certas coisas.

Plácido e Silva ainda descreve que é característica do poder judiciário fazer as correções, fiscalizar as escriturarias e cartórios, e neste vetor também se refere a outros órgãos que não sejam afetos ao judiciário: “e no desempenho de semelhante atribuições o corregedor ou qualquer outro órgão a quem estejam afetas as correções, pode mesmo sindicá-las sobre erros, abusos, desrespeito e inversões tumultuárias de atos e forma legal”.

Para Naufel, a correção é uma “função administrativa de competência exclusiva do Poder Judiciário, que a exerce na intercorrência de todo e qualquer processo”, e tem por finalidade emendar, e corrigir erros e abusos das autoridades judiciárias e seus serventuários. Da mesma forma, a correção em âmbito interno das polícias militares seria o ato propriamente dito de corrigir os erros, estabelecer e padronizar normas, fiscalizar os atos do pessoal interno e das autoridades, coibindo falhas e abusos.

A ferramenta legal para a aplicação dos institutos acima mencionados se dá através do controle administrativo, que na doutrina de Meirelles seria tudo aquilo que o Executivo e os órgãos de administração dos demais Poderes exercem sobre suas próprias atividades, visando a mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômicas de sua realização, pelo que é controle de legalidade e de mérito. Sob ambos esses aspectos pode e deve operar-se o “controle administrativo para que a atividade pública em geral se realize com legitimidade e eficiência, atingindo sua finalidade plena, que pauta-se pela satisfação das necessidades coletivas e atendimento dos direitos individuais dos administrados” (MEIRELLES, 2007, p. 670-671).

O controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela que a administração exerce sobre seus **próprios atos e agentes**. Esse controle é normalmente exercido pelos órgãos superiores sobre os inferiores (**controle hierárquico** próprio das chefias e **corregedorias**), com auxílio de órgãos incumbidos

do julgamento de recursos (controle hierárquico impróprio) ou, ainda, de órgãos especializados em determinadas verificações (controle técnico de auditorias etc.).

Meirelles (2007, p. 672) professa ainda que a *“Fiscalização hierárquica é exercida pelos órgãos superiores sobre os inferiores da mesma Administração, visando a ordenar, coordenar, orientar e corrigir suas atividades e agentes. É inerente ao poder hierárquico, em que se baseia a organização administrativa, e, por isso mesmo, há de estar presente em todos os órgãos do Executivo”*. (original sem negritos)

Sobre a fiscalização hierárquica, diz que na mesma se encontra o sistema de *correição* que existe em cada Poder e nos órgãos autônomos e independentes, como os Tribunais de contas e o Ministério Público.

A correição é toda atividade ordinária ou extraordinária voltada para a prevenção ou apuração de irregularidades administrativas ou funcionais por meio de procedimentos correccionais, os quais podem se materializar através da investigação preliminar, da inspeção, da sindicância e outros.

Di Pietro (2003, p. 588) não aprofunda o entendimento do que seria o controle interno, fazendo breve remissão ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, contendo a determinação legal de que cada Poder exercerá controle sobre seus próprios atos, os quais normalmente são exercidos pelas auditorias. Mas em sua obra se observa uma importante posição: *“não há por que negar-lhe o controle sobre os próprios atos para assegurar a observância daqueles princípios, mesmo porque, não o fazendo, sujeita-se ao controle pelos demais Poderes, aumentando o ônus do Estado na missão suprema de tutela do direito”*.

No campo literário, cumpre referenciar a obra de Luiz Eduardo Soares, que em seu conteúdo, realizando um breve comparativo com atual situação da polícia brasileira, mencionou os resultados que foram obtidos a partir das mudanças ocorridas no Departamento de Polícia de Nova York, em 1994, no qual se pode detectar a grande importância de um controle interno, extravaso através da figura da corregedoria, tema da presente pesquisa, a saber:

Em primeiro lugar, modificaram as regras de recrutamento para postos na corregedoria. Todos os policiais com pretensões a ascender na carreira

teriam de passar dois anos naquele departamento. A rotatividade eliminou o estigma que antes manchava a reputação dos policiais que aceitavam participar da vigilância e da punição de colegas. Além disso, obrigou os melhores profissionais a se comprometer com as responsabilidades de correição, melhorando a qualidade do trabalho realizado. Em segundo lugar, contratou-se uma empresa de consultoria para formular critérios práticos de seleção de denúncias contra policiais, viabilizando a solução de um conhecido impasse: não é possível investigar todas as denúncias e, no entanto, se não houver mecanismos de hierarquização, não se sabe quais deveriam ser privilegiadas. Em terceiro lugar, os policiais envolvidos em práticas ilícitas e porventura identificados passaram a ser confrontados com a seguinte escolha: a expulsão da polícia, o processo, eventualmente a prisão, a desmoralização pública, ou a colaboração sigilosa com a corregedoria. Essa colaboração implicava o compromisso de denunciar os colegas que viessem a cometer qualquer ilegalidade. Aqueles que se dispusessem a trocar a própria punição pelas delações futuras eram avisados de que estariam sendo secretamente observados por outros colaboradores, que algumas vezes forjariam cenas de corrupção para testar a lealdade do novo membro. (SOARES, 2000. p. 351)

A transcrição acima revela o quão importante é para uma instituição a valorização e o fortalecimento do seu órgão de correição. Logicamente foi necessário um conjunto de mudanças na Polícia Nova-iorquina, que a transformaram de desacreditada, corrupta e violenta em uma das mais bem conceituadas Polícias dos Estados Unidos e referência para outras Corporações de segurança pública no mundo todo. Dentre estas mudanças pode-se encontrar, além do fortalecimento da corregedoria, a demissão de policiais corruptos e acusados de abusos, implantação de novos métodos de recrutamento e treinamento do efetivo policial, controle e avaliação corretiva das jurisdições policiais.

Na verdade, a Polícia de Nova York inaugurou um novo modelo de organização e controle, norteador por quatro princípios, sendo eles: inteligência acurada; tática flexível e adequada; deslocamento rápido de recursos e pessoal; acompanhamento, avaliações e monitoramento incansáveis.

Em termos realistas, isto significa nada mais do que responsabilidade pública. A responsabilidade pública depende de uma fiscalização eficaz dos atos do Estado, não muito diferente do que deve ocorrer no âmbito da polícia militar, sendo este controle desenvolvido através de uma corregedoria própria.

5.2 CENÁRIO ATUAL: O FUNCIONAMENTO DAS CORREGEDORIAS DE POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

5.2.1 Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo

A Milícia Paulista além de ser a Corporação com o maior contingente policial estadual, tem um *know-how* que serve como espelho para algumas corporações policiais militares em muitos aspectos, e neste mister de corregedoria, ela detém historicamente um órgão forte de correição, sendo uma das primeiras policiais estaduais a possuir corregedoria, mesmo que com outro nome, mas a filosofia do trabalho já era o de fiscalização do público interno. Com base nas informações contidas no site e nos documentos digitais recebidos da Corregedoria da PM paulista foi possível estruturar um contorno daquele órgão de correição.

No ano de 1947, a então Força Pública saiu dos aquartelamentos para auxiliar a Guarda Civil no policiamento ostensivo na Capital Paulista, em virtude de incidentes decorrentes da greve da “LIGHT”, empresa de energia elétrica e, com esta sobreposição de funções, ocorreram muitos incidentes envolvendo agentes das duas Corporações, colaborando com isto, houve um aumento significativo do efetivo total da Força Pública, os quais ainda não estavam preparados para executarem o policiamento ostensivo, surgindo então inúmeros registros de ilegalidades praticadas pelos milicianos.

Outros fatores que contribuíram para a queda da disciplina da Força Pública foram os baixos salários, a falta de motivação e comprometimento com a Instituição e com a nova missão de Polícia ostensiva, somadas à ineficiência da fiscalização do efetivo, exercício de atividade remunerada extracorporação, o famoso “bico”, entre outros, que levaram à conclusão da eminente necessidade da criação de uma força interna para proteger e fiscalizar o efetivo da Força Pública. No dia 16 de agosto de 1947, foi criada então a Delegacia de Polícia Militar - DPM, subordinada diretamente ao Comandante Geral, com a atribuição de policiamento de caráter sigiloso e de investigação de fatos ilegais praticados pelos elementos da Força Pública, capaz de impor disciplina aos seus membros dentro e fora dos quartéis.

A idéia de correição foi evoluindo e se aperfeiçoando, sendo que, no ano de 1957, a DPM tinha características de força especial, e estava assim organizada: pelotão de policiamento especial, serviço reservado, policiamento disciplinar ostensivo, e, tendo também como missões: proceder sindicâncias e realizar investigações sigilosas referentes a má conduta de elementos da Instituição. Destacando-se a tal ponto, que em 1967 adotam o uniforme com boina azul, passando a serem reconhecidos pela população paulista como os “boinas azuis”.

Em 1985, ocorreu uma grande ampliação do efetivo da Polícia Militar de São Paulo, e a DPM foi reforçada em termos de pessoal e organização, destacando-se como unidade da Polícia Militar sem qualquer similar dentro das organizações policiais militares do país, com atribuição de fiscalização e correção em todo o território do Estado de São Paulo, o Decreto nº 29.911 de 12 de maio de 1989, sedimentou-se a competência da Corregedoria com a criação do Batalhão de Polícia de Guarda Especial - BPGE para assegurar a disciplina e a apuração de infrações penais no âmbito daquela Instituição.

As funções do BPGE são inúmeras e a elas se agregam várias outras, sempre voltadas a intensa preservação dos valores legais e morais, mas que por questão de nomenclatura, é pouco conhecida não só pela população mas também pelas próprias autoridades públicas.

Para eliminar esse problema, visando criar maior empatia com o povo e com as autoridades, ou definindo com precisão as funções e competências, decidiu-se modificar o nome da Unidade, passando a denominar-se Corregedoria da Polícia Militar. Em 1990 criou-se a Corregedoria da Polícia Militar, através do Decreto Estadual Nº 32.337, de 17 de setembro 1990, classificando como órgão da Direção Geral, aproveitando-se da estrutura e parte do efetivo do BPGE, ficando este subordinado diretamente à Corregedoria. O BPGE a partir daí, como órgão Especial de Execução, tornou-se uma Unidade estritamente operacional, destinado a realizar o policiamento disciplinar, as investigações e o atendimento diuturno do público, sendo que a atividade técnica e administrativa e de apoio operacional ao BPGE passou a ser executada pela Corregedoria. Em 23 de março de 1990, foi publicado o Decreto Estadual Nº 31.318, definindo as atribuições e a competência da Corregedoria da Polícia Militar, cuja finalidade passou a ser o compromisso e a obrigatoriedade de assegurar a disciplina e a apuração das infrações penais na

Corporação, fornecendo amplos poderes ao Corregedor para a consecução do objetivo maior de oferecer à população um serviço de segurança de excelente qualidade. Ainda, e como uma inovação, são mantidas as investigações para a apuração de casos em que o policial militar é vítima, para a satisfação dos anseios de justiça, da Corporação e da família daquele que tomba em serviço ou em decorrência dele.

5.2.2 Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal

A Corregedoria da Polícia Militar do Distrito Federal – CPM é um Órgão de Direção Geral, vinculada diretamente ao Comandante-Geral. Foi criada com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de controle interno da atividade policial, bem como estabelecer um serviço especializado no atendimento do público em geral.

Esta corregedoria possui as seguintes atribuições:

- a. Correição de processos administrativos e Inquéritos, estes últimos são remetidos aos órgãos judiciais e/ou ao Ministério Público;
- b. Relacionamento com órgãos externos: visa o atendimento de solicitações e/ou requisições relacionadas com diligências e instrução em processos judiciais e administrativos, oriundos do Poder Judiciário, Procuradoria Geral do Distrito Federal e Ministério Público. Processa-se também as Cartas Precatórias oriundas de outras Corporações e, ainda, atua na solicitação de informações perante órgãos públicos ou particulares, necessárias à instrução de procedimentos disciplinares ou judiciais;
- c. Instruir processos de exclusão: estes se dividem em Processo Administrativo de Licenciamento para praças sem estabilidade e Conselho de Disciplina para os estáveis, além do Conselho de Justificação para oficiais;
- d. Instruções normativas e orientadoras: busca padronizar procedimentos e criar doutrina a respeito das atividades que requeiram apuração, sejam-as disciplinares ou judiciais;
- e. Apuração por meio de tomada de contas: apurar, por meio de tomada de contas, os danos, perda, extravio, subtração e desvio de valores e bens patrimoniais distribuídos a Corporação;

f. Registro de antecedentes criminais e disciplinares: todos os procedimentos administrativos disciplinares ou Inquéritos instaurados pela Corporação são obrigatoriamente comunicados e arquivados na Corregedoria. Desta forma, o controle dos antecedentes disciplinares do Policial Militar torna-se centralizado;

g. Controle interno da atividade policial: aprecia, por ordem do Comandante-Geral, os procedimentos relacionados com irregularidades ou infrações cometidas por servidores da Corporação. Efetua investigações preliminares e registra ocorrências envolvendo policiais militares. Propõe ao Comandante-Geral que os procedimentos apuratórios solucionados no âmbito das Unidades Policiais Militares sejam avocados e solucionados de forma diversa. Propõe ao Comandante-Geral a abertura de procedimento administrativo disciplinar e/ou Inquérito Policial Militar, bem como requisita dos Comandantes Unidade Policial Militar a abertura de procedimentos. Realiza em todo o Distrito Federal ou excepcionalmente fora dele, diligências em trajes civis, no exercício das atividades disciplinares, funcionais e de Polícia Judiciária Militar. Realiza fiscalização ostensiva do desempenho funcional, operacional e administrativo dos integrantes da Corporação. Realiza, propõe ou solicita, inspeções, auditorias ou investigações com a finalidade de apurar a procedência de reclamações ou denúncias que lhes forem dirigidas. Adota, de ofício ou quando provocada quaisquer outras providências necessárias ao fiel desempenho das suas atribuições legais ou regulares referentes ao controle interno da atividade policial;

h. Receber reclamações e denúncias: apresentadas pelo público interno e externo são processadas diretamente pela Unidade com responsabilidade de área ou instauradas pelo Comando Geral por meio da Corregedoria, nestes casos obedecido os critérios de complexidade, envolvimento de mais de uma Unidade Policial Militar ou repercussão/clamor da sociedade brasiliense;

Como se vê, o cerne da corregedoria da corporação do Distrito Federal detém em sua essência aquilo que deve conter este tipo de órgão de correção no âmbito de polícia militar estadual: estrutura, organização e especialização.

5.2.3 Corregedoria da Polícia Militar de Santa Catarina

A Corregedoria-Geral da Polícia Militar é ligada diretamente ao Comando-Geral da Corporação, a qual destina, uma vez por semana, horário para despachos dos assuntos relacionados.

Cada Comando Regional, Batalhão ou Guarnição Especial tem uma corregedoria setorial, sendo o elo de ligação com a Corregedoria-Geral.

As atividades desenvolvidas são divididas em de Correição e de Auditoria a saber:

a) Correição

- Instauração e atos decorrentes de Inquérito Policial Militar;
- Instauração e atos decorrentes de Sindicância;
- Instauração e atos decorrentes de Processo Administrativo Disciplinar;
- Instrução dos Conselhos de Disciplina;
- Instrução dos Conselhos de Justificação.

b) Auditoria

- Instauração e atos decorrentes de Auditorias;
- Instauração e atos decorrentes de Tomada de Contas Especial.

Atualmente, verificando juntamente aos integrantes daquela corporação, tramita nos bastidores um Projeto de uma Corregedoria única para as instituições pertencentes à Secretaria de Segurança Pública. Mas também existe indício de grande probabilidade de não ser aprovada, principalmente por ferir alguns preceitos legais, isto sem considerar a quebra de um paradigma. Pode ser que, em futuro não muito distante, este projeto possa vir a ser aprovado por todas as instituições envolvidas. De qualquer forma não deixa de ser um ponto de partida para, quem sabe um dia, as corregedorias atingirem plena autonomia.

Sem perder a linha a qual se propõe a presente pesquisa, cumpre tecer mais algumas breves considerações sobre a atual dinâmica da corregedoria geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Atualmente, todos os documentos que são destinados a Corregedoria Geral possuem um protocolo próprio. Após isso, eles são encaminhados para o oficial secretário, o qual, por sua vez, despacha determinando o encaminhamento e pronunciamento para um dos diversos setores existentes. Não havendo setor específico, o documento é encaminhado para a Ouvidoria, a qual, além de receber representações (reclamações em geral), é responsável também por executar outras diligências.

Caso haja o recebimento por um setor específico, caberá ao membro responsável por tal setor proceder ao despacho diretamente com o Corregedor-Geral, tratando diretamente com o mesmo a respeito dos detalhes do assunto que estiver sendo apreciado.

O que surpreende na Corregedoria da PM catarinense é a tramitação e controle dos processos administrativos de toda a Corporação, o qual é feito de forma digital, onde todos são centralizados, mas dinamizados pela velocidade da informática.

5.3 A IMPORTÂNCIA DA CORREGEDORIA PARA A PMPR

O policial militar, como regra, trabalha isolado, em contato direto com o crime e a contravenção. Essa proximidade, a instabilidade nos valores morais da sociedade, os problemas pessoais, podem levar o profissional a atravessar os limites da legalidade.

Mesmo existindo a orientação, a fiscalização dos Comandantes, os problemas acontecem. A comunidade exige e é dever responder com agilidade e precisão. Além disto, e poucos se importam, o policial militar também se torna a vítima em milhares de ocorrências, a serviço da população ou em decorrência de suas funções, e é preciso um trabalho eficaz que o criminoso seja levado aos tribunais.

Umas das principais características no que diz respeito à atual filosofia da Polícia Militar do Paraná diz respeito ao ideal de polícia comunitária. A polícia comunitária nada mais é do que aquela que está sempre presente nos bairros, realizando visitas as pessoas e é conhecida pelos moradores.

E é exatamente neste ponto que residem os maiores problemas. O risco deriva exatamente da permanência dos policiais sempre em um único bairro. Trata-se algo que acontece no mundo inteiro, pois, ao tempo que esta forma de atuar descarrega a tensão entre o policiamento e os moradores, poderá também ocasionar o contato de maus policiais com a criminalidade no bairro.

No exercício de poder de polícia, o militar estadual, por exercer atividades precípuas de policiamento ostensivo em prol da segurança pública, realiza de forma constante tomada de decisões, as quais acarretam imposição de regras, consistente na expedição de ordens e, por vezes, na restrição de direitos individuais, bens e interesses jurídicos, sempre em benefício da coletividade e nos limites autorizados pelo ordenamento jurídico.

As tarefas acima elencadas tem o condão de exigir do policial militar, além da estrita observância legal, atributos físicos, intelectuais, técnico profissionais e uma conduta centrada na firmeza do caráter, na retidão moral e na justa atuação, necessária à credibilidade da corporação perante a opinião pública.

Sob esta ótica, é indispensável e fundamental para qualquer instituição militar a manutenção da hierarquia e da disciplina, de modo a zelar e manter o comportamento dos seus integrantes dentro da legalidade absoluta, da ética e da moralidade.

A preocupação é tamanha que virou inclusive tema de lei, dentro das políticas trazidas pelo **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)**. Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Nesta esteira, tem-se no Decreto 4.991 de 18 de fevereiro de 2004, o qual rege a estrutura do Ministério da Justiça e da Senasp, há menção quanto a valorização das corregedorias diante das políticas governamentais de segurança pública:

art. 15, inc. IX- elaborar e propor instrumentos com vistas à modernização das corregedorias das polícias estaduais.

Desta forma, a existência de uma Corregedoria serviria inclusive para isso. Seria possível, através dos casos que lhe fossem levados a conhecimento, criar, mediante estatísticas, orientações que apontariam quais são os maiores problemas enfrentados pelos policiais, bem como demonstrar em que situações há uma maior predominância de desvio de conduta para o lado ilícito.

Atendendo a esta proposta de modernizar a Corporação, faz-se necessária a imediata implantação da Corregedoria da Polícia Militar do Paraná, que, ao seguir-se o histórico e os atuais resultados da implantação deste órgão em outros estados, se verá que apenas e tão-somente, haverá benefícios.

5.4 PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO DE UMA CORREGEDORIA PARA A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A implementação de uma corregedoria na Polícia Militar no Paraná se faz necessária para superar o estigma, não só da população, mas também de integrantes da própria Corporação, os quais há tempos anseiam pela criação de um órgão específico que vise unicamente garantir que a corporação não seja autoprotetora no que concerne as faltas praticadas por seus membros. Visa não só resgatar a credibilidade perante a sociedade – *demonstrando que pune exemplarmente aqueles que desrespeitam certas regras* - mas também, passa a valorizar o membro da Corporação, seja de que graduação for, demonstrando que aquele que age dentro da legalidade é reconhecido.

A corregedoria seria dotada das seguintes competências:

1. fiscalizar;
2. normatizar;
3. padronizar;
4. coordenar;
5. supervisionar;

6. doutrinar;
7. inspecionar;
8. informar;
9. investigar;
10. opinar e proceder a correições;
11. proporcionar maior agilidade no tocante às apurações das faltas disciplinares e infrações penais militares e administrativas;
12. modernizar o controle interno da Corporação.

Pretende-se com a implementação da Corregedoria fortalecer a hierarquia e a disciplina na Corporação, garantindo uma maior transparência na apuração das faltas disciplinares e infrações penais militares.

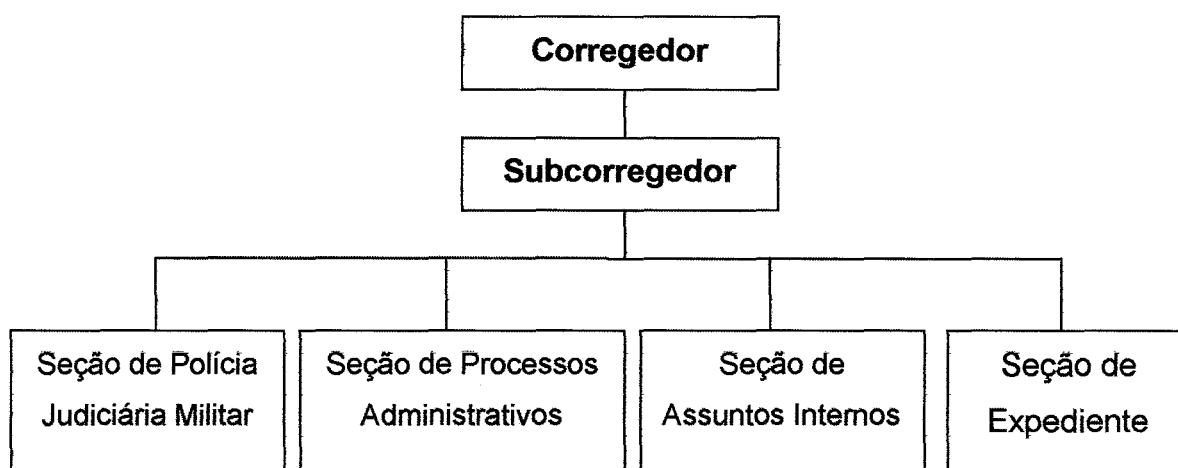
Intenciona-se também:

1. agilização no andamento dos processos e procedimentos instaurados no âmbito da Polícia Militar;
2. padronização de procedimentos;
3. melhoria na qualidade técnica dos processos e procedimentos, evitando-se desgastes futuros;
4. garantir maior credibilidade da Instituição perante as autoridades e à população em geral, principalmente em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público;
5. recebimento e agilização das informações e denúncias feitas pela população e público interno.
6. investigação preliminar de denúncias ou suspeitas sobre práticas ilícitas de militares estaduais.

Aliás, os objetivos acima elencados trazem algumas das questões mais preocupantes no âmbito dos procedimentos administrativos disciplinares. E a principal delas é a falta da qualidade técnica dos processos e procedimentos. A implementação da Corregedoria visa exatamente melhorar este ponto, ou seja, garantir que os sujeitos que irão desempenhar determinadas funções, sejam

especializados para tanto, tal como obrigatória graduação em bacharelado de direito.

De modo a operacionalizar a instalação de uma corregedoria na Polícia Militar do Paraná, sugere-se a estrutura explicitada através o organograma abaixo:



A Corregedoria obrigatoriamente deve ser chefiada por um Coronel e estar subordinada diretamente ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, evitando-se contaminações de interesses diversos ao da justiça e disciplina da Corporação, bem como deve ter jurisdição em todo o Estado do Paraná. Com uma estrutura simples, a corregedoria teria apenas quatro seções subordinadas ao Corregedor e o subcorregedor, sendo elas: Polícia Judiciária Militar, Processos administrativos, assuntos internos e expediente.

Competindo ao Corregedor a correta aplicação da lei, a normatização e padronização dos procedimentos e processos em âmbito da Corporação, as fiscalizações e as correições com vistas à manutenção da ordem, obediência, disciplina e hierarquia dos integrantes da PMPR, e nesta esteira assessorar o Comandante-Geral nas decisões atinentes aos assuntos de justiça e disciplina. Alguns aspectos também devem estar sob alçada do Corregedor, como: solicitar transferências de militares estaduais envolvidos em práticas de ilícitos; avocar a competência para apurar fatos relevantes ou que envolvam Policiais de mais de uma

Unidade; determinar diligências e investigações veladas; e exercer todos os encargos necessários para o pleno e adequado funcionamento da Corregedoria.

O Subcorregedor seria o assessor direto do Corregedor, e substituto imediato nos impedimentos e afastamentos deste, e tem como atribuição cuidar para o serviço de corregedoria seja bem cumprido, tomando as medidas necessárias para a manutenção da disciplina e justiça, auxiliando o corregedor nas correções nas Unidades da Corporação.

A Seção de Polícia Judiciária Militar teria como atribuição principal as correções nos Inquéritos Policiais Militares e outros assuntos que digam respeito aos processos criminais, junto ao Poder Judiciário, como por exemplo os Auto de Prisão em Flagrante Delito de militares estaduais, mandados de prisão, alvarás de soltura, cartas precatórias e outros que se fizerem necessários no âmbito da justiça.

A Seção de Processos Administrativos trataria dos aspectos ligados a todos os processos administrativos da Corporação, controlando, orientando, acompanhando, e procedendo as devidas correções nos processos administrativos das Unidades. Preparar os boletins reservados e portarias de instauração dos processos de competência do Comandante-Geral e exercer outras funções que sejam relativas aos processos administrativos.

A Seção de Assuntos Internos se proporia a coordenar e executar as atividades de acompanhamento, investigação e controle dos integrantes ativos e inativos da Polícia Militar do Paraná, quando houver suspeita ou denúncias de prática de crimes, atos atentatórios a disciplina militar, ou de improbidade administrativa, realizando diligências preliminares no escopo de fornecer base para instauração de processos. Competiria também a esta seção o cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão, e alvarás de soltura quando envolvendo militares estaduais, procedendo o devido registro e acompanhamento de reclamações, denúncias e fatos irregulares que envolvam policiais militares.

A Seção de Expediente teria as atribuições administrativas de protocolo, arquivo, cartório e informática, portanto, controlando toda a documentação em tramite na corregedoria, principalmente a movimentação de autos; prover e manter os meios necessários para os trabalhos de toda a Corregedoria; controlar as alterações funcionais do pessoal da Corregedoria; desenvolver as atividades de

segurança de dados e outras atinentes à tecnologia e informática e manter atualizada a estatística de dados e informações que for de competência e interesse do órgão de correição.

Com a evolução da Corregedoria pode-se vislumbrar um quadro de Oficiais da própria Corregedoria que integrariam um colegiado permanente compondo os tribunais de honra da Corporação, ou seja, os Conselhos de Disciplina e Justificação. Teria também a atribuição de realizar a investigação social dos candidatos que pretendem ingressar na Corporação, um ideal para um futuro de uma Corregedoria forte.

6 RESULTADO DA PESQUISA

A presente proposta visa não só a discussão dos aspectos técnicos e legais quanto à propositura e funcionamento de uma corregedoria na Polícia Militar do Paraná. Busca-se também a opinião das autoridades envolvidas atualmente nesta área.

Através de uma seleção de questões, as autoridades da justiça militar estadual, dentre elas: Juiz Auditor, Promotor de Justiça e o Chefe do Cartório da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual – VAJME, e ao alto comando da Corporação e outros Oficiais encarregados e designados da fiscalização em termos de justiça e disciplina e dos procedimentos internos da Corporação: Comandante Geral, Chefe do Estado Maior, os Diretores, os Comandantes Intermediários, da Academia Policial Militar do Guatupê e Centro Formação e Aperfeiçoamento de Praças, os chefes das Seções de Estado Maior, Assessoria Jurídica e da Seção de Justiça e Disciplina, os quais comprometeram-se a exarar o seu posicionamento através do questionário.

Cumprе ressaltar que foi distribuído um total de 24 (vinte e quatro) questionários para as autoridades acima indicadas, sendo que houve um percentual de retorno de 91% (noventa e um por cento), e daquele total distribuído foram arrecadados 22 (vinte e dois) questionários.

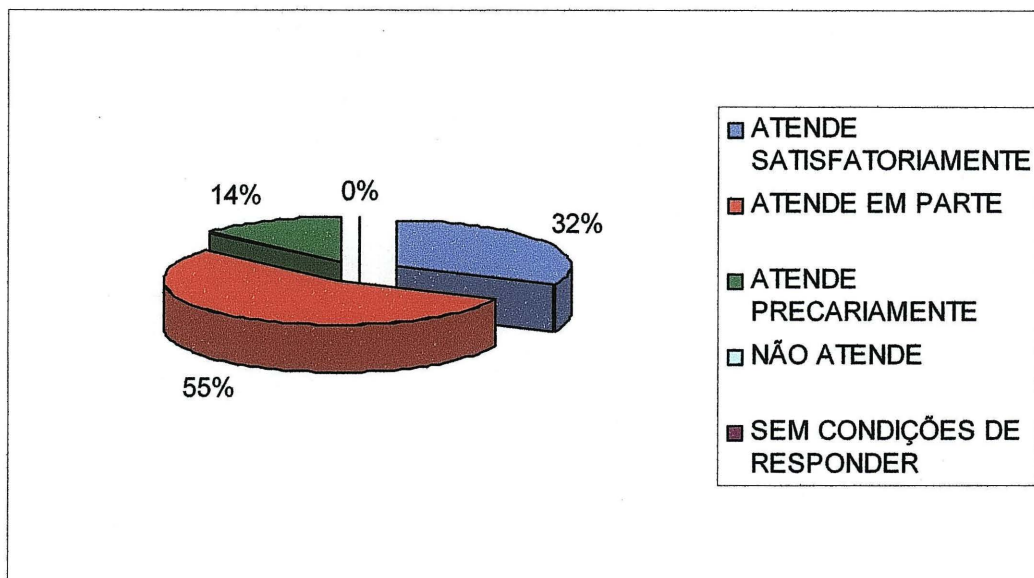
As impressões que se tiram das respostas são de que, muito embora deva ser implementada a Corregedoria, ainda há certa resistência quanto a estrutura a ser implantada neste órgão de correição interna.

Porém, alguns dados chamam atenção, principalmente, quanto ao caráter preventivo que a Corregedoria deveria ter, ou seja, a questão da pesquisa social sobre aqueles que estão ingressando nas fileiras da corporação entre outras atribuições que a Corregedoria poderia abarcar.

Mas de um modo geral, todos entenderam que a implementação da Corregedoria só traria benefícios, pois além de modernizar a Corporação, propiciaria um grau maior de satisfação interna bem como uma transparência maior perante a comunidade e as Autoridades em geral.

Pergunta nº 1

O atual sistema de controle interno dos processos e procedimentos, relativos à justiça e disciplina da Corporação atende as expectativas da sua instituição?



fonte: Autor (2008)

55% do público alvo entendem que o atual sistema de controle atende em parte, observa-se que em algumas respostas que a SJD cumpre o seu papel, mas é desejável uma modernização. Senão vejamos as opiniões das autoridades.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (atende satisfatoriamente)
“Nos padrões atuais são atendidas as expectativas da Corporação, isso não significa que modernização e atualização de procedimentos não devem e podem ser aplicados.”

- Cel. QOBM JORGE LUIZ THAIS MARTINS: (atende em parte) “há necessidade de aprimoramento, definindo competências de SJD para cada nível organizacional. O CCB (Comando do Corpo de Bombeiros) não possui órgãos de SJD legalmente e especificamente estabelecidos.”

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (atende em parte) “não existe um centro de controle de processos da Corporação, face à autonomia de controle das Unidades.”

- Cel. QOPM AMARO DO NASCIMENTO CARVALHO: (atende satisfatoriamente) “em razão da estrutura que dispõe a SJD e a forma como os trabalhos são desenvolvidos. É importante ressaltar que isso tudo depende de quem esta à frente da Diretoria de Pessoal e Comando Geral.”

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (atende satisfatoriamente) “a nossa SJD cumpre com o seu papel, embora necessite adaptar-se aos novos tempos, buscando adequar-se à realidade da conjuntura em que vivemos.”

- Ten.Cel QOPM RENATO JORGE DA SILVEIRA: (atende precariamente) “em razão de uma melhor estrutura e de autonomia para fazer este controle.”

- Maj. QOPM CARLOS SUSSUMO OTA: (atende em parte) “em virtude de que os processos estão voltados para apuração de casos concretos, deixando a desejar em situações em que ainda há a necessidade de apurar os envolvidos e os encarregados são prejudicados neste trabalho, por razão da falta de meios, disponibilidade de tempo, recursos humanos, etc.”

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (atende em parte) “é necessária uma ampliação da estrutura para atender de maneira satisfatória.”

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (atende em parte) “As conseqüências administrativas do desenvolvimento e da solução dos processos e procedimentos são sentidas diretamente pelos comandos operacionais e administrativos, portanto, um sistema de controle mais eficiente permitiria uma melhora significativa na gestão do capital humano da Corporação.”

- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (atende satisfatoriamente) “considerando a estrutura constitucional brasileira de harmonia e independência dos poderes, tem-se as atividades administrativas da Corporação não interferem no ritmo dos trabalhos e andamento das ações penais da VAJME.”

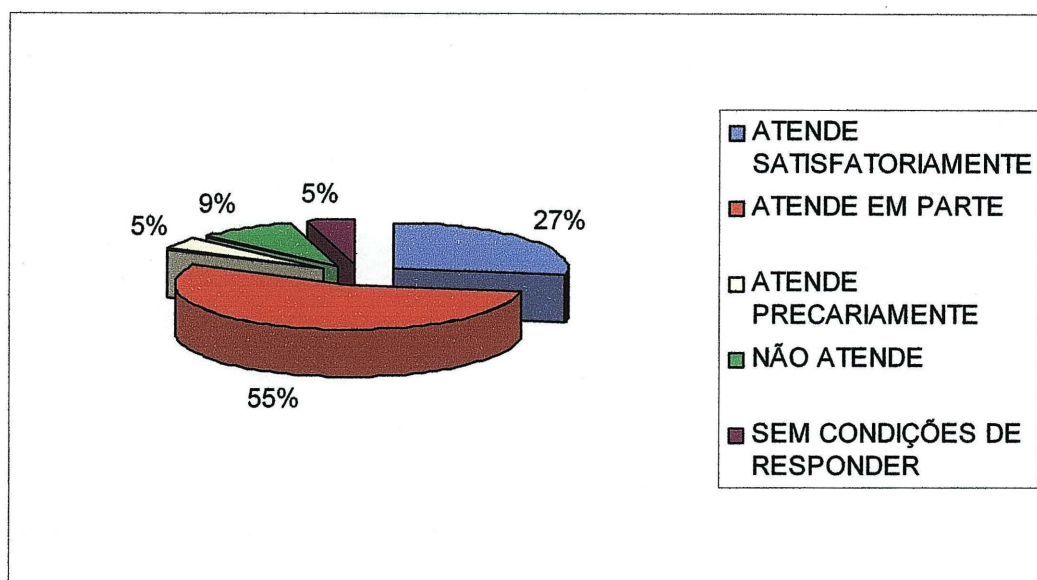
- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (atende satisfatoriamente) “o cumprimento dos prazos e a dinâmica inerente à execução das diligências, inclusive

as requisitórias por este juízo, são satisfatórios à condição operacional desta Promotoria, até porque nossa estrutura é deficitária de recursos humanos.”

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (atende satisfatoriamente)
“verifica-se que a Corporação tem cumprido rigorosamente os prazos e a execução das diligências requeridas pelo Ministério Público e determinadas pelo juízo.”

Pergunta nº 2

Quanto à agilidade e efetividade dos processos e procedimentos, eles atendem aos princípios da celeridade e oportunidade?



fonte: Autor (2008)

Novamente se observa que a atuação competente da SJD faz com que os princípios da celeridade e oportunidade sejam cumpridos. Um total de 82% das autoridades pesquisadas observa que estas expectativas são atendidas satisfatoriamente ou em parte.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (atende satisfatoriamente) “A Polícia Militar sempre atua em atendimento aos princípios administrativos básicos, reforço que modernizações devem sempre ser buscada em favor da qualidade do serviço.”

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (atende em parte) “os entes operacionais, principalmente em Curitiba e Região Metropolitana não dão conta da demanda operacional, ficando em segundo plano o suporte administrativo, o que corrobora para diminuir agilidade e efetividade dos processos e procedimentos.”

-Cel. QOPM AMARO DO NASCIMENTO CARVALHO: (atende satisfatoriamente) “depende de quem esta à frente do Setor de Justiça e Disciplina da Corporação.”

-Ten. Cel. QOPM RENATO JORGE DA SILVEIRA: (Não atende) “as decisões demoram muito a sair, dando uma sensação de impunidade e quando são publicadas, o público interno e externo acabam não tomando conhecimento ou não lembram mais do fato por inteiro.”

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (atende em parte) “não obstante a sua concepção seja antiga, a SJD tem procurado desincumbir-se bem das suas missões.”

- Ten. Cel. QOPM BUHRER: (atende em parte) “Os procedimentos investigatórios carecem de agilidade na apuração das informações acima como, efetivamente, acabam restando num amontoado de diligências infrutíferas, muitas vezes apenas procrastinatórias, o que prejudica a interpretação objetiva do fato apurado, comprometendo a celeridade e por que não dizer a própria credibilidade do método de apuração.”

- Maj. QOPM CARLOS SUSSUMO OTA: (atende em parte) “pois nem sempre há encarregado para proceder de imediato a abertura de procedimento administrativo e muitas vezes não pode se dedicar inteiramente ao processo, pois esta acumulando outras funções.”

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (atende em parte) “... pois a estrutura é frágil pela gama de documentos que circulam. A dedicação do efetivo e a grande superação para dar guarida a celeridade e oportunidade.”

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (atende em parte) “existe a necessidade, na minha opinião, de se adotar um sistema mais ágil para a tramitação dos processos e procedimentos, especialmente àqueles que necessitam de manifestação do Comando Geral da Corporação.”

- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (sem condições de responder) “particularmente não tenho acompanhado a instrução e julgamento de um número de

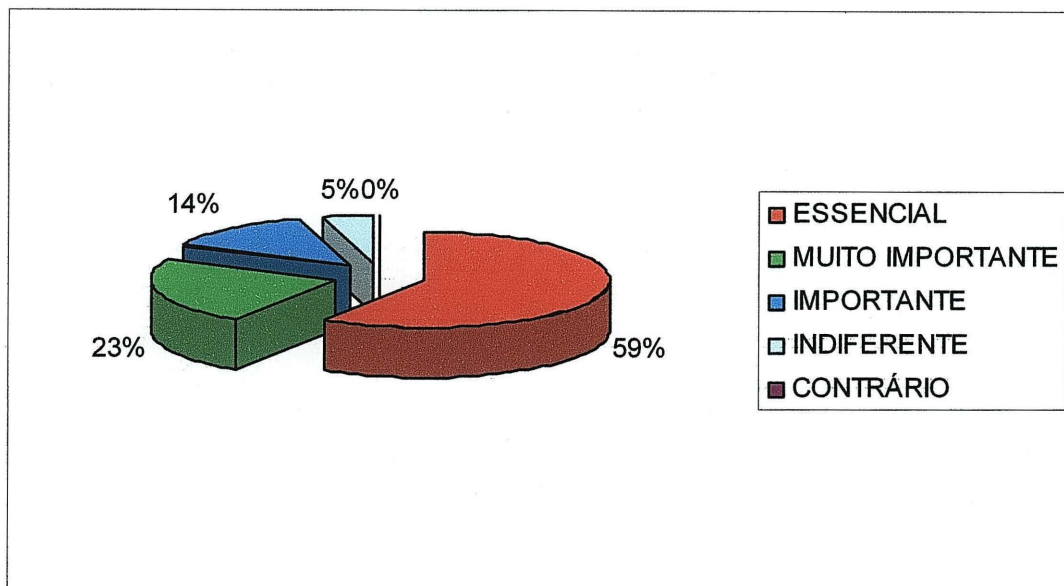
processos suficiente no âmbito administrativo, para opinar com segurança sobre o tema.”

- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (atende satisfatoriamente) “sim, nos termos acima descritos, porque se agilidade fosse efetivada, esta Promotoria com os recursos humanos atuais não teria a mínima condição de operacionalidade tempestiva.”

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (atende satisfatoriamente) “embora os policiais responsáveis pelos serviços judiciários cumpram também outros tipos de serviços, mesmo assim cumprem com seus deveres satisfatoriamente.”

Pergunta nº 3

Como vê a criação de um órgão normatizador, que fiscalizará os processos administrativos e os procedimentos de Polícia Judiciária Militar e administrará os assuntos de correição, em âmbito da Polícia Militar do Paraná?



fonte: Autor (2008)

Apesar das respostas as perguntas número 1 e 2, 59% entendem que, na atual conjuntura, é essencial a criação de uma Corregedoria Geral da Polícia Militar do Paraná, como uma forma de modernizar o sistema de controle interno e dar resposta a anseios dos integrantes da Corporação e principalmente da sociedade.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (muito importante) "A PMPR é uma instituição que necessita acompanhar as evoluções administrativas e sociais. A presença de controles externos e internos é uma realidade em qualquer empresa, por isso a necessidade de ampliação de nossa estrutura."

- Cel. QOPM ALTAIR MARIOT: (essencial) "concorre para o cumprimento dos prazos e maior efetividade na aplicação da Lei e uma maior respeito por parte

dos policiais, que hoje não se intimidam frente aos processos legais de aplicação da Lei.”

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (essencial) “terá condições de executar sua missão fim sem interferências como as que ocorrem no item anterior (falta de suporte administrativo).”

-Cel. QOPM AMARO DO NASCIMENTO CARVALHO: (essencial) “embora veja que a SJD/DP, vem exercendo esse papel satisfatoriamente.”

- Ten. Cel. QOPM RENATO JORGE DA SILVEIRA: (essencial) “o controle interno dos processos e procedimentos que regulam a conduta do público interno é vital.”

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (importante) “aos moldes de outras Corporações, e mesmo de outras instituições, como Poder Judiciário e Ministério Público, destaco a importância da criação desse órgão na Corporação.”

- Ten.Cel. QOPM BUHRER: (Importante) “Deve proteger os interesses da PMPR como INSTITUIÇÃO QUE É, assim como para proteger os interesses dos próprios envolvidos nos processos de investigação, procurando preservar-lhes e proteger-lhes os DIREITOS HUMANOS E ABSOLUTOS, principalmente inerentes à ampla defesa e ao processo legal, evitando a exploração negativa da imagem de seus prepostos.”

- Maj. QOPM CARLOS SUSSUMO OTA: (muito importante) “pois centralizar o processo investigatório teria maior controle e poderia ser padronizada a atividade por meio de normas específicas (Normas gerais de ação - NGA), podendo obter desta forma maior agilidade nos processos, seja para comprovar ou inocentar do delito.”

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (essencial) “é de suma importância a criação de um órgão normatizador (corregedoria), com suas competências bem definidas.”

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (muito importante) “Acredito que seria uma evolução na prestação do serviço de controle, agilizando os

processos e procedimentos, o que se traduziria em apoio à prestação dos serviços operacionais e administrativos da Corporação.”

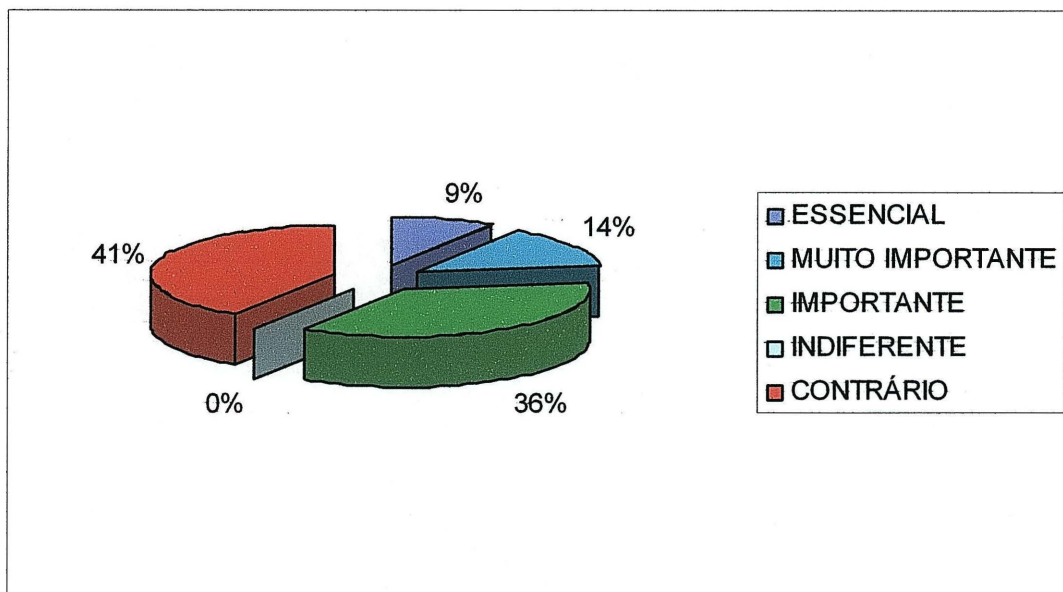
- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (importante) “a existência de qualquer órgão fiscalizador, em tese, melhora a atuação do ente fiscalizado. Todavia, há que se considerar o dispêndio de recursos do Estado na criação de mais um órgão normatizador. Deve-se questionar qual a estrutura a ser utilizada neste órgão e de onde serão os recursos humanos. Quer me parecer que atualmente todas as Unidades da PMPR se ressentem de pessoal.”

- Dr. MISAEEL DUARTE PIMENTA NETO: (essencial) “porque um ente dessa natureza concentra o poder de controle administrativo e unifica a convergência dos interesses orgânico-correcional de ofício e contencioso.”

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (essencial) “pois nunca é demais a fiscalização e correição no que for para melhorar os procedimentos quer administrativos ou de Polícia Judiciária militar.”

Pergunta nº 4

Qual sua opinião quanto à rotatividade dos Oficiais e Praças, em um Órgão de correição, como forma de desmistificar a função de correição?



fonte: Autor (2008)

A rotatividade dos integrantes de uma Corregedoria, como forma de desmistificação da atividade, obteve respostas equilibradas, visto que 41% são contrários e 36% entendem que é importante.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (importante) “Importante, tanto quanto em qualquer outra função, desde que se tenha competência pessoal para o exercício da missão.”

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (contrário) “o efetivo deve ser bem escolhido e a rotatividade deve ser mínima. Somente quando for necessário, por promoções ou conduta contraria ao preconizado para um integrante de uma Corregedoria.”

- Cel. QOPM AMARO DO NASCIMENTO CARVALHO: (contrário) "porque leva certo tempo para os Oficiais e Praças se ajustarem bem nessa atividade, portanto, a rotatividade levará a prejuízos inevitáveis."

- Cel. QOPM JORGE LUIZ MATTKE: (contrário) "A atividade exige critérios de confiança e conhecimento técnico que inviabilizaria tal rotatividade."

- Cel. QOBM JORGE LUIZ THAIS MARTINS: (contrário) "particularmente com relação as praças é fundamental que se crie uma inteligência institucional, o que só se perpetua com a manutenção das pessoas por períodos mais longos."

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (importante) "vejo como importante esta rotatividade, mas também que deve haver um equilíbrio na condução dessa proposta, de modo a não ocorrer rotatividade alta, nem servidores que se eternizem na função, ou nas funções."

- Ten.Cel QOPM BUHRER: (contrário) "O Policial Militar empregado nesta atividade deve ter o perfil previamente determinado, Curso Superior (preferencialmente – DIREITO) como requisito básico, posteriormente a PMPR deve investir em sua especialização, seja em PÓS-GRADUAÇÃO, MESTRADO e mesmo DOUTORADO além de cursos como o de POLÍCIA JUDICIÁRIA; como podemos pensar que a rotatividade possa trazer benefícios; admito até a hipótese da rotatividade imprescindível e necessária (afastamentos legais da atividade), ainda penso que a praça aplicada deva sofrer processos de aperfeiçoamento com frequência superior aos Oficiais, em razão de que são naturalmente menos movimentadas."

- Maj. QOPM CARLOS SUSSUMO OTA: (contrário) "o processo investigatório demanda de conhecimento, instituição específica e sigilo profissional e a rotatividade poderá ser prejudicial."

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (contrário) "a essência da atividade profissional é a especialização, assim é de suma importância a permanência de pessoal especializado para a atividade, sendo que a rotatividade pode ser prejudicial. O que deve ocorrer é a substituição natural."

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (importante) "Considerando o exemplo adotado pelo Departamento de Polícia de New York, poderia concordar que a passagem do policial por um órgão de correição poderia ser um ótimo estímulo para a evolução da carreira. Contudo, a rotatividade poderia representar uma solução de continuidade ao serviço, bem como uma perda de qualidade e produtividade."

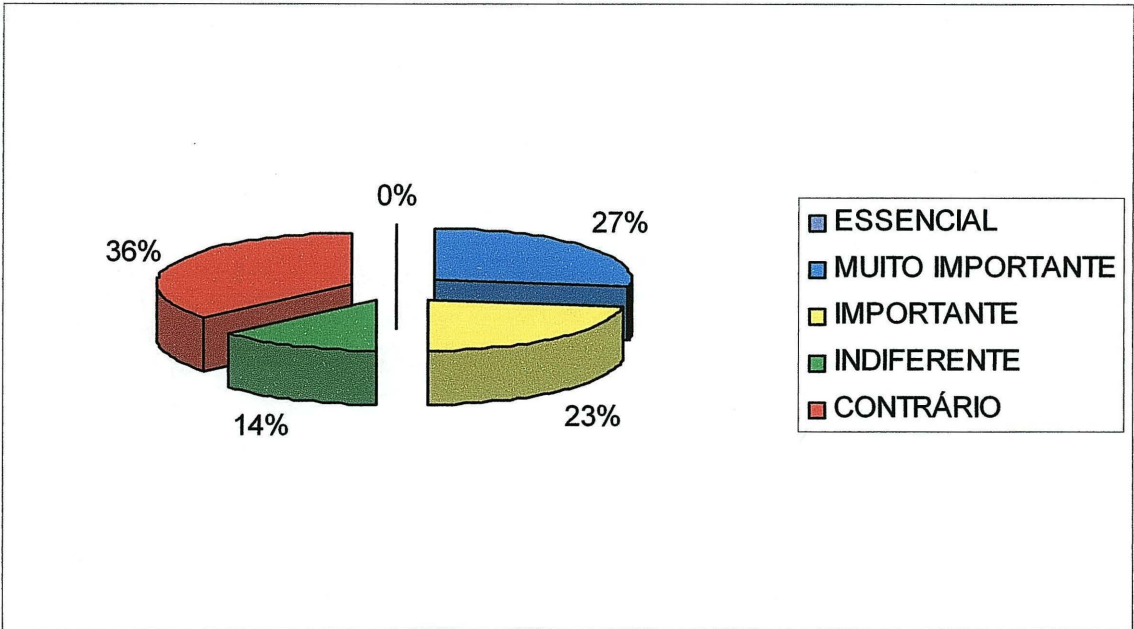
- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (muito importante) "porém, o período ideal para o rodízio é algo que necessita de certo estudo. Em princípio, salvo algum argumento mais forte em contrario, o período de permanência não deve ser muito extenso e nem muito curto."

- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (essencial) "para prevenir a não perpetuação de praxes ideologicamente personalizadas a um determinado grupo. Prevenir contra vícios de poder e de época; garantir razoabilidade e transparência nos critérios funcionais."

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (essencial) "para que todos tenham o mínimo conhecimento que seja razoável para o desenvolvimento dos trabalhos sem os vícios de época."

Pergunta nº 5

Qual sua opinião quanto à rotatividade dos Oficiais e Praças, em uma Corregedoria, como forma de aumentar a quantidade de Policiais Militares com conhecimento dos assuntos de uma Corregedoria e comprometidos com o serviço de correção?



fonte: Autor (2008)

Novamente a rotatividade obteve um equilíbrio no resultado, visto que o aspecto nesta pergunta era sobre o comprometimento com o trabalho de correção: 36% são contrários e 27% opinaram que era muito importante.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (indiferente) “O foco principal deve ser a colocação de pessoas com competência no desempenho das tarefas, não esquecendo que a missão constitucional da Polícia Militar é o policiamento ostensivo voltado para a comunidade externa e a estrutura gerencial é que deve dar conta da correção de atitudes com aplicação adequada de seus recursos.”

- Cel. QOPM ALTAIR MARIOT: (muito importante) “Desde que permaneça o tempo razoável para aprender e desenvolver o trabalho, possa sair e dar

oportunidade a outros policiais de exercerem a mesma função dentro da corregedoria.”

- Cel. QOBM JORGE LUIZ THAIS MARTINS: (contrário) “entendo que há mecanismos mais eficientes para atingir tais finalidades, como através da adequada instrução da tropa e estímulo ao comprometimento pessoal.”

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (indiferente) “não imagino que a rotatividade de Oficiais e Praças servindo na Corregedoria traga conhecimento sobre o seu funcionamento. Não precisa necessariamente servir na Corregedoria para conhecer o seu funcionamento.”

- Ten. Cel. QOPM RENATO JORGE DA SILVEIRA: (muito importante) “propalar a um maior número de Oficiais e Praças o serviço e difundir a doutrina.”

- Ten. Cel. QOPM BUHRER: (importante) “Apenas com o objetivo de ESTÁGIO - Visando conhecer as práticas, aspectos técnicos, posicionamentos legais, normas gerais de ação frente as diversas situações que possam ter ocorrido e gerado soluções práticas – sou contrário a rotatividade e favorável a especialização.”

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (contrário) “Acredito que a rotatividade não seria a melhor maneira de aumentar a quantidade de policiais militares com conhecimento dos assuntos de uma Corregedoria e comprometidos com o serviço de correição.”

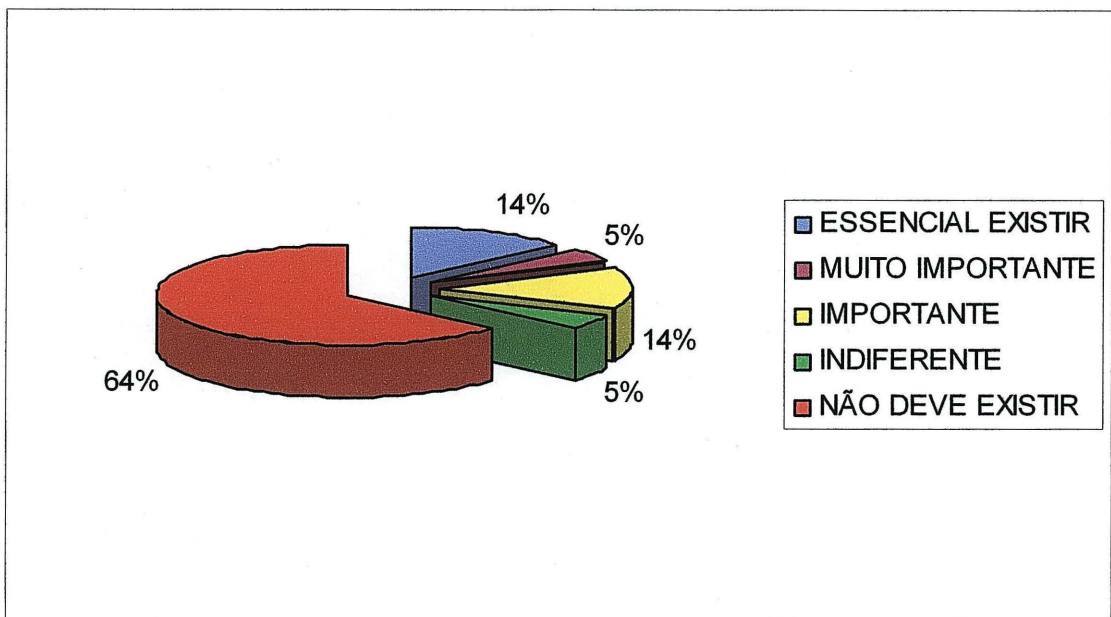
- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (muito importante) “contudo, o interesse de ampliar o conhecimento da tropa deve ceder diante da funcionalidade e otimização dos serviços da corregedoria.”

- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (muito importante) “porque diversifica o conhecimento, gera troca de experiências e concorre para o desenvolvimento do senso crítico construtivo, espírito de saneamento moral.”

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (muito importante) “de igual forma a pergunta numero 4, embora divididos os aumentos, a corregedoria tem condições de escolher o grupo ideal para cada função.”

Pergunta nº 6

Com a criação de uma Corregedoria, qual a sua opinião quanto à existência de um pelotão disciplinar em sua estrutura, com atribuição de fiscalizar os militares estaduais em suas posturas, condutas e procedimentos, cuidando-se das correções da disciplina e do cumprimento das sentenças judiciais?



fonte: Autor (2008)

As experiências negativas que a Corporação teve com a existência de um pelotão disciplinar, influenciaram e foram decisivos no resultado de 64% serem contrários à idéia da Corregedoria incluir na sua estrutura este órgão fiscalizador.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (contrário) “Existem recursos administrativos suficientes já estabelecidos pela hierarquia e disciplina para o exercício das fiscalizações e controles necessários.”

- Cel. QOPM JORGE LUIZ MATTKE: (contrário) “A Patrulha Disciplinar já foi uma experiência na PMPR que não demonstrou sua eficácia.”

- Cel. QOPM ALTAIR MARIOT: (contrário) "Hoje com os avanços da legislação fica muito difícil o exercício de uma patrulha disciplinar, útil somente para policiais que forem surpreendidos em atos de indisciplina..."

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (importante) "somente para apoio das Unidades Operacionais ou para tratar de situações especiais. As Unidades é que devem fiscalizar seu pessoal."

- Cel. QOPM AMARO DO NASCIMENTO CARVALHO: (indiferente) "em razão de que isso compete a todos os Oficiais e Graduados da Corporação."

- Cel. QOBM JORGE LUIZ THAIS MARTINS: (contrário) "esta atividade é típica de comando, devendo ser realizada pelas estruturas orgânicas da cadeia de comando (Comandos de Unidade, Diretorias, Companhia, Pelotão, etc.)."

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (contrário) "este pelotão existente na Corregedoria, poderia ser hostilizado pela tropa, não me parece cabível. Os Comandos Intermediários poderiam instituir este grupo responsável pela fiscalização da disciplina."

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (contrário) "isto é um trabalho que deve ser realizado pelas 2ª. Seções, devendo ter perfeita sintonia com uma Corregedoria. O caráter investigativo não deve ser missão específica da Corregedoria, cabendo a ela a apuração, valendo-se dos meios necessários para este fim com apoio de outros setores."

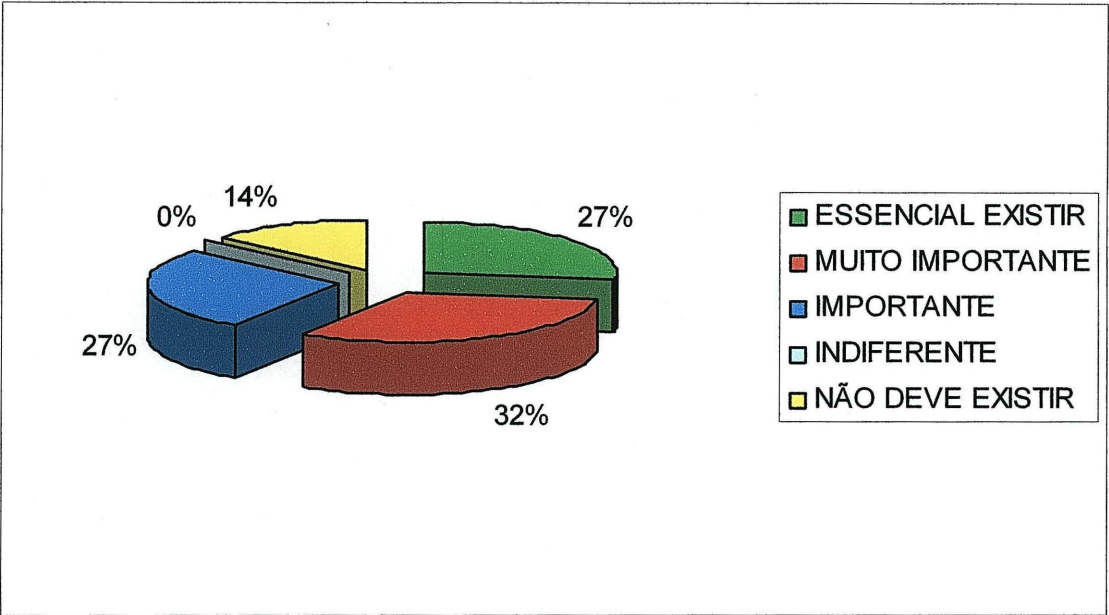
- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (contrário) "Acredito que um pelotão disciplinar ostensivo somente criaria mais um feudo dentro da Corporação, portanto seria mais um corpo sem identidade dentro da Polícia."

- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (essencial existir) "para se garantir o efetivo atendimento a todas as necessidades em tempo hábil, notadamente recepcionar os queixumes externados pela sociedade civil e conferir plena funcionabilidade e credibilidade ao órgão."

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (essencial existir) "para atuar em alguns casos que necessite o atendimento de imediato, com cautela e sem abusos. Já houve Pelotão Disciplinar na PMPR, acabou face os abusos cometidos."

Pergunta nº 7

Com a criação de uma Corregedoria, qual a sua opinião quanto à existência de uma seção de assuntos internos, com atribuições de receber denúncias de civis e Policiais Militares, cuidando-se da investigação de irregularidades, bem como fornecendo informações e certidões?



fonte: Autor (2008)

Do universo pesquisado 59% opinaram que é essencial ou muito importante existir uma seção de assuntos, afinal isto faz parte da essência da existência de uma moderna Corregedoria.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (importante) “Para instalação de uma Corregedoria muitos estudos devem ser feitos e uma seção com o objetivo proposto deverá fazer parte destes estudos.”

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (importante) “faz parte da essência de corregedoria.”

- Cel. QOPM AMARO DO NASCIMENTO CARVALHO: (essencial existir) “isso deverá fazer parte de sua estrutura, como existe outras tantas em nosso país.”

- Ten. Cel. QOPM RENATO JORGE DA SILVEIRA: (muito importante) "para dar uma satisfação ao público interno e externo e para evitar a dispersão de denúncias, concentrando em um único lugar."

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (importante) "isto me parece fazer parte da Corregedoria. O próprio estatuto ou Lei de criação deve contemplar esta atribuição, sem a qual não teria razão de ser."

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (não deve existir) "o que se pretende é uma Corregedoria e não um distrito policial. Não cabe à Corregedoria fazer investigação, sua competência está no aspecto apuratório, ou seja, voltado ao processo administrativo ou apuração por IPM."

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (essencial existir) "Esta seria uma medida fundamental para a existência de uma Corregedoria, pois o controle interno é a função essencial de seu trabalho, em minha opinião."

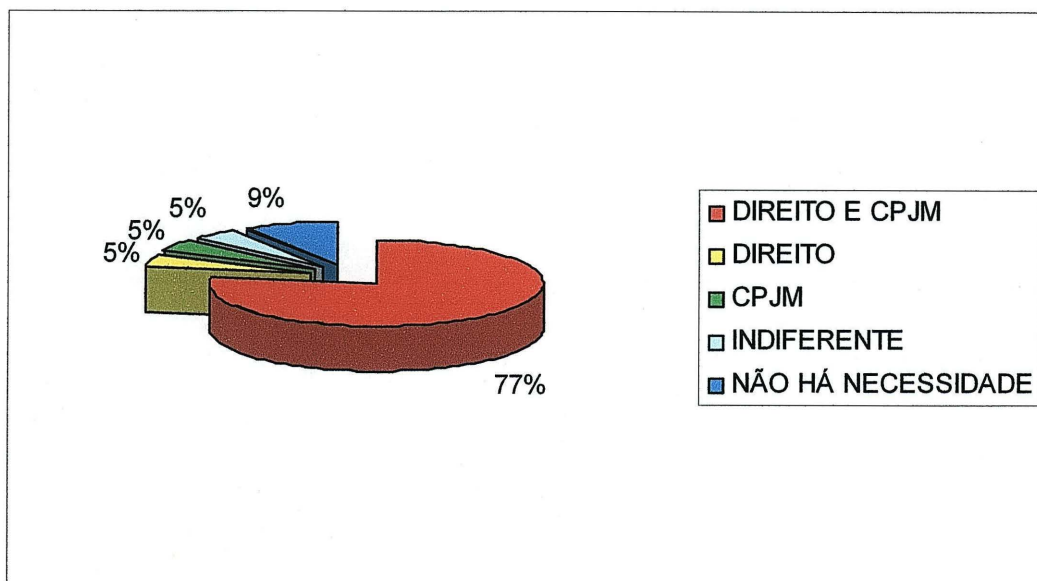
- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (muito importante) "no que se refere ao fornecimento de informações e certidões a ação deve ser muito criteriosa."

- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (essencial existir) "para que a atividade se efetive satisfatoriamente, como já exposto no item 6. Dá-se um atendimento especializado e concentrado, a partir do qual poderão advir as medidas pertinentes à gravidade e à espécie."

- Cap. QOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (essencial existir) "na minha opinião é necessária a existência da forma que a própria pergunta já está praticamente afirmando ou seja para funcionar bem basta dividir bem as atribuições."

Pergunta nº 8

Na sua opinião os integrantes deste órgão de correição interna, devem ter conhecimento jurídico?



fonte: Autor (2008)

Por ser uma atividade altamente especializada, um percentual de 77% entendem que, para integrar a Corregedoria, é requisito ser Bacharel em Direito e ter o Curso de Polícia Judiciária Militar, ou seja o profissional deve ser especialista em termos de sua formação jurídica.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (não há necessidade) “Não vejo como essencial ou obrigatório, pois muitos têm o conhecimento prático, porém é importante o aperfeiçoamento e o conhecimento atualizado. Se for possível a adequação de colocar Policiais Militares com formação específica assim deve ser, mas não é essencial, tendo em vista o currículo dos cursos Policiais Militares já premiarem as disciplinas jurídicas.”

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (bacharel em Direito e Curso de Polícia Judiciária Militar) “o conhecimento deve ser elemento essencial a quem desenvolve as atividades de corregedoria.”

- Cel. QOPM AMARO DO NASCIMENTO CARVALHO: (Bacharel em Direito) "com essa qualificação de seus integrantes, claro, o trabalho será bem mais qualificado."

- Ten. Cel. QOPM RENATO JORGE DA SILVEIRA: (bacharel em Direito e Curso de Polícia Judiciária Militar) "o conhecimento jurídico é essencial, bem como o específico da instituição no que diz respeito à área disciplinar com seus processos e procedimentos peculiares."

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (Bacharel em Direito) "não se trata de um requisito fundamental, mas de grande auxílio para desincumbir-se das missões, evidente que outras áreas do conhecimento também são úteis."

- Ten. Cel. QOPM BUHRER: (Bacharel em Direito e Curso Polícia Judiciária Militar) "O Policial Militar empregado nesta atividade deve ter o perfil previamente determinado, Curso Superior (preferencialmente – DIREITO) como requisito básico, posteriormente a PMPR deve investir em sua especialização, seja em PÓS-GRADUAÇÃO, MESTRADO e mesmo DOUTORADO, além de cursos como o de POLÍCIA JUDICIÁRIA..."

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (Bacharel em Direito e Curso de Polícia Judiciária Militar) "é claro que não seria para todos os integrantes, mas sim para aqueles que estarão em função de chefia e encarregados dos processos e procedimentos."

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (indiferente) "Conforme a função desempenhada é importante, portanto, é necessário avaliar qual função será desempenhada dentro da estrutura de trabalho."

- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (Bacharel em Direito e Curso de Polícia Judiciária Militar) "o ideal sempre é a maior e melhor qualificação possível. Porém, não creio que todas as atividades do órgão correccional exijam conhecimento jurídico, indispensável é a conduta ilibada de todos os componentes da corregedoria."

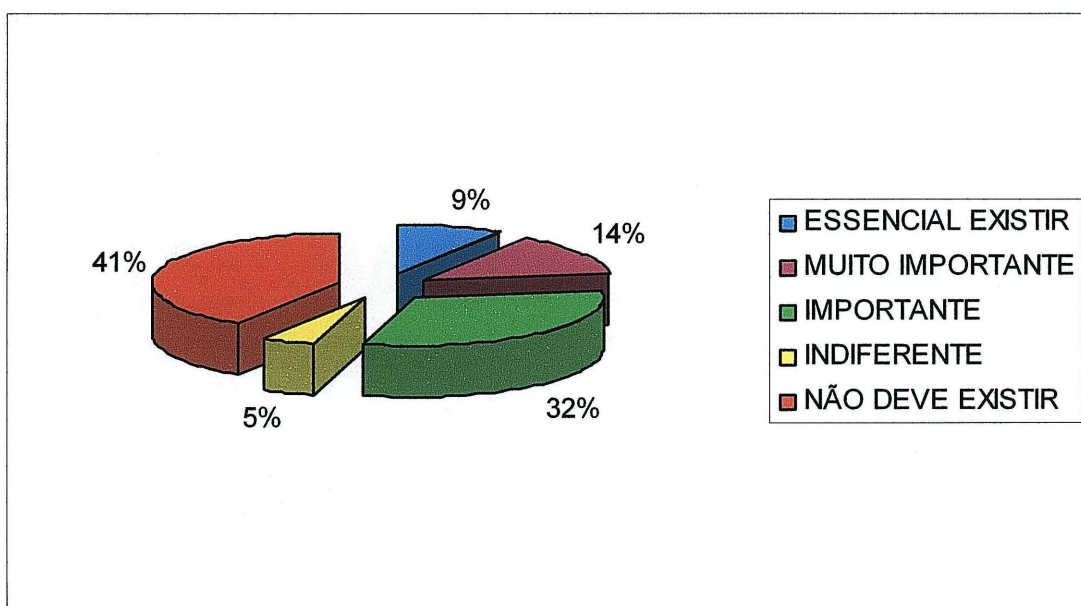
- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (Bacharel em Direito e Curso de Polícia Judiciária Militar) "garantir elevada qualidade técnica à atividade; versatilidade e autonomia no atendimento às partes e na execução dos misteres procedimentais;

poder de efetividade e caráter de relevância sobre os assuntos trazidos ao crivo do órgão.”

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (Bacharel em Direito e Curso de Polícia Judiciária Militar) “atualmente a maioria dos policiais militares são com grau de instrução ótimo e nada melhor que aproveitá-los.”

Pergunta nº 9

Este órgão de correição da Polícia Militar do Paraná, seguindo as modernas Corregedorias de Polícias, deveria ter também um setor para efetuar a investigação, apuração, registro e acompanhamento de denúncias de irregularidades e atos ilegais praticados por integrantes da Corporação, e neste aspecto substituir as Agências de Inteligência (P/2)?



fonte: Autor (2008)

Foi obtido um percentual de 41% contrários à substituição das agências de inteligência, no acompanhamento e investigação de irregularidades ou atos ilegais envolvendo militares estaduais.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (não deve existir) “São missões distintas e complementares, com definições já estabelecidas para a 2ª. Seção do Estado Maior.”

- Cel. QOPM ALTAIR MARIOT: (importante) “Se possível manter um segmento para investigação é prático e mais fácil se obter respostas as necessidades.”

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (importante) “a atividade de inteligência em sua essência não se confunde com as ações de uma Corregedoria, portanto, não existe substituição.”

- Cel. QOPM AMARO DO NASCIMENTO CARVALHO: (essencial existir) “a exemplo, particularmente da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo.”

- Ten. Cel. QOPM RENATO JORGE DA SILVEIRA: (não deve existir) “cada seção deve ter uma missão específica, a corregedoria deve fazer a correição dos processos e procedimentos, a investigação de irregularidades deve ser feito pelo setor de inteligência.”

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (essencial existir) “isto me parece da essência da Corregedoria. Agora, não se confunde com a inteligência. Neste aspecto, uma atribuição não tem nada a ver com a outra.”

- Ten. Cel. QOPM BUHRER: (não deve existir) “As atividades da Corregedoria, no meu entendimento, deveriam ser pontuais e atenderem aos interesses da Instituição Polícia Militar na adoção de medidas legalistas, que protejam a Corporações e seus integrantes de explorações sensacionalistas e desprovidas de verdade, assim como deve primar pela apuração e divulgação da verdade, aumentando a credibilidade da população no Sistema de Apuração de Denúncias que possam macular a imagem da PMPR, de pronto, dando a resposta necessária. A pretensão de substituir as ALI deve ser encarada como o processo degenerativo da boa intenção inicial, pois naturalmente provocaria outros órgãos interessados em mantê-las, além do conflito de competência, em outras palavras “vamos fazer só uma coisa – mas bem feito.”

- Maj. QOPM CARLOS SUSSUMO OTA: (muito importante) “sim, bem como também realizar levantamentos de pesquisa social dos novos ingressos na Corporação, deixando assim as P/2 voltadas para a atividade de segurança pública, assessorando nas decisões de Comando e emprego do policiamento ostensivo.”

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (não deve existir) “isto é um trabalho que deve ser realizado pelas 2ª. Seções, devendo ter perfeita sintonia com uma corregedoria. O caráter investigativo não deve ser missão específica da

Corregedoria, cabendo a ela a apuração, valendo-se dos meios necessários para este fim com apoio de outros setores.”

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (não deve existir) “Neste ponto, não se pode confundir o trabalho das agências de inteligência com o trabalho de uma Corregedoria, aliás esta seria uma forma de destruir o trabalho de ambas as estruturas. Suas atribuições devem ser completamente diferentes e portanto com focos de atuação completamente distintos.”

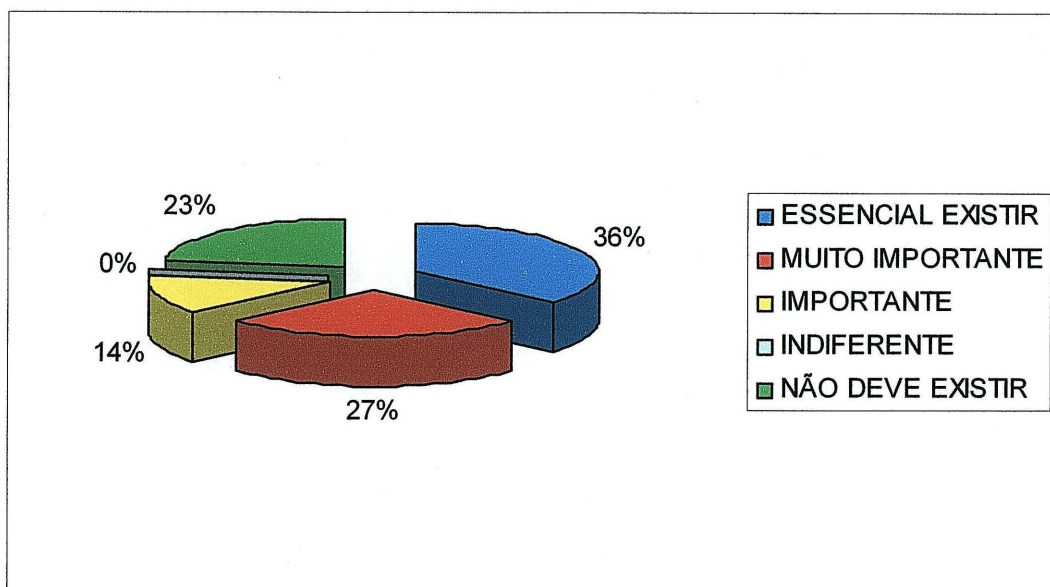
- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (muito importante) “creio ser salutar a substituição da P/2, para que não existam dois órgãos com competências concorrentes ou conflitantes.”

- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (importante) “não como fator de eliminação do serviço reservado, ou sua alocação ao plano secundário, este continuaria existindo, devido à sua imprescindibilidade para determinada circunstâncias. Haveria uma unificação apenas no aspecto orgânico-estrutural.”

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (importante) “não precisa eliminar uma seção que até hoje sempre funcionou bem, basta criar o que a questão pergunta e juntá-los para somar nos investigações e resolver os casos que competir a cada um.”

Pergunta nº 10

Aos moldes das modernas Corregedorias de Polícias, qual sua opinião quanto a este órgão de correição também apurar, acompanhar e investigar casos em que o Policial Militar é vítima?



fonte: Autor (2008)

Por se tratar de uma moderna atribuição das Corregedorias de polícia, 36% das Autoridades receberam como essencial existir e 27% como importante existir, a apuração e o acompanhamento de casos em que o Policial Militar figurar como vítima.

- Cel. QOPM ANSELMO JOSE DE OLIVEIRA: (não deve existir) “A corregedoria deve ser um órgão regulador gerencial e não executante. Assistência aos Policiais Militares deve ser desenvolvida pelos setores vinculados a Diretoria de Pessoal ou 1ª Seção do Estado Maior.”

- Cel. QOPM CELSO ROBERTO ARANTES: (não deve existir) “não se pode misturar as matérias, nos casos de atendimento de policiais militares como vítima deve ser trilhado por outro tipo de enfrentamento que não seja pela corregedoria.”

- Ten. Cel. QOPM RENATO JORGE DA SILVEIRA: (muito importante) “a única dúvida é como isso poderia ser feito, pois iria carecer de legitimidade para acompanhar certos processos e/ou procedimentos na esfera cível.”

- Ten. Cel. QOPM WILMAR BECKER: (não deve existir) “a existência da Corregedoria revela uma preocupação institucional. Porém quando o PM é vítima, deve buscar a reparação por seus meios, ou através de associação criada para esse fim.”

- Maj. QOPM MIRIAN BIANCOLINI NÓBREGA: (essencial) “A corregedoria tem condições de acompanhar de uma forma mais efetiva a situação do policial vítima.”

- Maj. QOPM CARLOS SUSSUMO OTA: (muito importante) “independente de função que exerce, uma vez que passa ser vítima, necessitará de apoio em campos diversos e esta seria uma boa forma e momento para a Corregedoria não ser somente vista como órgão repressor. Cita-se, apesar de não ser divulgado, muitos trabalhos são realizados em apoio aos policiais que foram vítimas, bem como seus familiares, pelas P/2 de todas as OPMs.”

- Maj. QOPM JOÃO DE PAULA CARNEIRO FILHO: (muito importante) “significa valorizar o militar estadual, dando a ele o suporte necessário enquanto vítima, podendo inclusive orientar quanto a desdobramentos no âmbito civil. Sugerimos o não amparo do PM quando do envolvimento em atos de serviço, no qual esteja amparado por excludentes de ilicitude.”

- Maj. QOPM NELSON ARGENTINO SOARES JUNIOR: (não deve existir) “Discordo completamente, pois esta atribuição não é competência nem da Polícia Militar como instituição, portanto como atribuir a uma Corregedoria.”

- Dr. DAVI PINTO DE ALMEIDA: (não deve existir) “para que não haja um desvio de finalidade. Todavia, se a suspeita do crime recair sobre o militar, ou se o crime praticado envolver o serviço, interessante que se promova acompanhamento e até investigações.”

- Dr. MISAEL DUARTE PIMENTA NETO: (essencial existir) “porque a busca preliminar das circunstâncias essenciais à comprovação dos fatos, bem como, a

dinâmica de produção de provas técnicas será muito mais qualitativa e quantitativamente eficientes, do que se deixadas tais tarefas a cargo de órgãos externos e, não raras vezes, deficitários na capacidade de conhecimento e análise sócio-jurídica dos valores militares.”

- Cap. QEOPM JOSÉ IREDIO CUSSOLIN: (essencial existir) “para buscar a verdade o órgão de correição tem obrigação de acompanhar, investigar e apurar o fato, desde que não interfira na competência dos demais órgãos competentes.”

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande traço distintivo das instituições militares, sejam elas federais ou estaduais, em relação às civis, é o fato de estarem suas organizações sustentadas nos pilares da hierarquia e da disciplina. Conforme demonstrado, hierarquia é *“a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, por postos e graduações”*¹⁰, enquanto a disciplina representa *“a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar”*¹¹.

Observou-se que, em função dos serviços prestados pelos militares, especialmente por aqueles vinculados à área da segurança pública, justifica-se o maior rigor do ponto de vista disciplinar, exigindo-se do profissional conduta digna e irrepreensível que espelhe todos os atributos, imaginados pela comunidade, como ideais ao responsável por sua salvaguarda.

Por conseguinte, dispõem os administradores militares de vários instrumentos na reprimenda de condutas nocivas à hierarquia e disciplina, bem como àquelas contrárias a lei. Porém, só poderá ou deverá ser imposto, após procedimento acusatório em que se forneça, ao suposto transgressor, oportunidade de exercer sua ampla defesa, bem como lhe ser garantido o respectivo contraditório. Em outras palavras, devem os processos administrativos militares ser cercados de todos os princípios constitucionais atinentes ao devido processo legal, reservando-se a todos militares estaduais os direitos e as garantias fundamentais. Ademais, sendo o ato disciplinar espécie do ato administrativo, está sujeito à observância dos mesmos requisitos informadores, ou seja, a competência, o motivo, a forma e o objeto.

O legislador constituinte originário deixou explícito, já no caput do artigo 5º, da Constituição Federal, sua intenção de equiparar todos os cidadãos perante a lei, proibindo distinções, quer de natureza política, social, religiosa, laboral, ideológica ou de etnia. Eis o princípio da igualdade, que dispensa a todos os mesmos direitos,

¹⁰ Decreto Federal, nº 4.346, art. 7º.

¹¹ Idem, art. 8º.

sem subtrair de qualquer pessoa essa conquista, assim como o respeito a sua dignidade e à condição de partícipe social.

No tocante à garantia jurídica do exercício desses direitos, observou-se que, no inciso XXXV do mesmo artigo 5º da Constituição, estatui-se que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, traduzindo, desse modo, o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional que, na verdade, constitui a principal garantia dos direitos subjetivos.

Importante para o argumento que se deseja construir, por corroborar os ditames apontados, é o disposto relacionado à ampla defesa e o contraditório, pontualmente ao inciso LV, artigo 5º, da Constituição Federal.

A aplicação dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório está difundida na corporação de forma substancial, devendo, no entanto, ser aplicados na sua essência, a fim de que sejam realmente sentidos por seus integrantes. As normas e regulamentos estão, em sua maioria, em sintonia com a Constituição Federal, bastando apenas torná-las eficazes, ou seja, a sua exteriorização para que haja melhor aplicação de justiça.

Sabe-se que os processos realizados, em discordância com as normas vigentes na Polícia Militar do Paraná acabam por tornarem-se nulos face às decisões judiciais que, acertadamente, indicam ilegalidades decorrentes da aplicação incorretas de dispositivos, bem como da não-observação dos princípios constitucionais, causando grandes prejuízos à Administração Militar, em razão do tempo e o custo econômico dispensados aos processos e procedimentos.

É preciso converter o processo administrativo em autêntico instrumento de controle, na medida em que, ao se permitir a participação do administrado na própria formação da vontade administrativa, estará limitando os poderes dos administradores e, assim, prevenindo os abusos de autoridade.

Deve-se entender que o ato do administrador, na espécie, será ilegal sempre que afrontar aos princípios constitucionais, aqui representados principalmente pelo Devido Processo Legal, pelo Contraditório, pela Ampla Defesa, assim como por outros pressupostos essenciais inerentes ao próprio processo administrativo.

Não há como se vislumbrar uma estrutura que respeite tais princípios e garanta a devida eficácia sem que esteja devidamente especializada. Visando suprir

a ausência de tais elementos e fatores, insere-se neste contexto a corregedoria.

Nesta pesquisa, sem a pretensão de esgotar a discussão sobre necessidade e a forma de funcionamento de uma corregedoria própria para a Polícia Militar do Paraná, acredita-se ter atingido o objetivo proposto.

Restou claro que deverá haver uma estrutura própria, especializada e independente. Quando se fala em própria, significa a destinação de um local próprio, sem subordinação a qualquer outro. Quando se fala em especializada, quer-se dizer que o pessoal deve ter formação para tanto e treinamento com tal destinação. Por fim, quando se fala em independente, fala-se em uma equipe única, a qual não estará à mercê de nenhum órgão de comando que tenha privilégios políticos. As decisões tomadas pela corregedoria pautar-se-ão sempre em critérios unicamente técnicos e consuetudinários, baseados no conhecimento técnico oriundos da formação de seus membros e na experiência adquirida através da vivência que só a carreira de militar pode lhes propiciar.

Por fim, a implementação da Corregedoria do Policial Militar do Paraná, modernizará de uma vez por todas a sesquicentenária milícia paranaense, colocando-a como referência juntamente às outras corporações do país.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto Federal 4.991/04. **Dispõe Cargos e estrutura Ministério da Justiça**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D4991compilado.htm>. Acesso em: 20 mar 2008.
- BRASIL. Decreto Federal n. 4.346, 26 ago. 2002. **Regulamento Disciplinar do Exército**. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4346.htm>. Acesso em: 02 mar. 2008.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 667, de 02 de julho de 1969. **Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e da outras providências**.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. **Código de Processo Penal Militar**. Disponível <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1002.htm>. Acesso em: 27 fev. 2008.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. acesso em: 27 fev. 2008.
- BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. **Estatuto dos Militares**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm>. Acesso em: 2 mar. 2008.
- CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Direito e Processo Disciplinar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1966.
- COSTA, José Armando da. **Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar**. 3. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
- CUNHA, Irineu Ozires. **Conselhos de Disciplina e Justificação**. Curitiba: Gráfica Infante, 2005.
- CUNHA, Irineu Ozires. **Regulamento Disciplinar do Exército Comentado**. 1. ed. Curitiba: Gráfica Comunicare, 2004.
- DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 15. ed., São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- FAGUNDES, Miguel Seabra. **Controle Dos Atos Administrativos Pelo Poder Judiciário**. 7. ed. São Paulo: Forense Jurídica, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio – Século XXI**. CD-Rom Software versão 3.0. Editora Nova Fronteira, 1999.

LAZARINNI, Álvaro. **Direito Administrativo da Ordem Pública**. 3. ed., Rio Janeiro, Forense. 1998.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 33. ed. São Paulo, Malheiros Editores Ltda. 2007.

NÁUFEL, José. **Novo Dicionário Jurídico Brasileiro**. 8. ed. rev. São Paulo, Ícone, 1988.

PARANÁ, Constituição (1989). **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1989.

PARANÁ. Decreto Estadual n. 5.075, de 28 de dezembro de 1998. **Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1998.

PARANÁ. Decreto Estadual n. 9.060, de 1 de dezembro de 1949. **Regulamento Interno e de Serviços Gerais (RISG-PMPR)**. Curitiba, Imprensa Oficial, 1949.

PARANÁ. Lei Estadual n. 1.943, de 23 de junho de 1954. **Código da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1943.

PARANÁ. Lei Estadual n. 6.417, de 3 de julho de 1973. **Código de Vencimentos**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1973.

PARANÁ. Lei Estadual n. 6.961, de 28 de novembro 1977. **Conselho de Disciplina**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1977.

PARANÁ. Lei Estadual n. 8.115, de 25 de junho de 1985. **Conselho de Justificação**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1985.

PARANÁ. Portaria do Comando Geral da PMPR n. 338, de 24 de abril de 2006. **Regularização de Elaboração De Sindicância**. Curitiba, Aditamento Boletim Geral Polícia Militar n. 080, 2006.

PARANÁ. Portaria do Comando Geral da PMPR, n. 339, de 24 de abril de 2006. **Regularização de Elaboração do Formulário de Apuração de Transgressões Disciplinares**. Curitiba, Aditamento Boletim Geral Polícia Militar n. 080, 2006.

PLÁCIDO E SILVA, Oscar. **Vocabulário Jurídico**. São Paulo: Forense, 2003.

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. **Regulamento disciplinar e suas inconstitucionalidades**. Especial para O NEÓFITO. Incluído no site em 16.08.1999. Disponível em: <<http://www.neofito.com.br/artigos/art01/milit9.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

SÃO PAULO. **Corregedoria da Polícia Militar**. Disponível no site <www.polmil.sp.gov.br/unidades/corregpm/contato.asp>. Acesso em: 20 mar. 2008.

SÃO PAULO. **Decreto Estadual n. 31.318, de 23 de março de 1990**. São Paulo, Diário Oficial do Estado n.º 56, Imprensa Oficial, 1990.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu Casaco de General: 500 Dias no Front da Segurança Pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Pergunta nº 1: O atual sistema de controle interno dos processos e procedimentos, relativos à justiça e disciplina da Corporação atende as expectativas da sua instituição?

() **Atende satisfatoriamente** () **Atende em parte** () **Atende precariamente**
 () **Não Atende** () **Sem condições de responder**

Justificativa: _____

Pergunta nº 2: Quanto a agilidade e efetividade dos processos e procedimentos, eles atendem aos princípios da celeridade e oportunidade?

() **Atende satisfatoriamente** () **Atende em parte** () **Atende precariamente**
 () **Não Atende** () **Sem condições de responder**

Justificativa: _____

Pergunta nº 3: Como vê a criação de um órgão normatizador, que fiscalizará os processos administrativos e os procedimentos de Polícia Judiciária Militar e administrará os assuntos de correição, em âmbito da Polícia Militar do Paraná?

() **Essencial** () **Muito Importante** () **Importante**
 () **Indiferente** () **Contrário**

Justificativa: _____

Pergunta nº 4: Qual sua opinião quanto à rotatividade dos Oficiais e Praças, em um Órgão de correição, como forma de desmistificar a função de correição?

- (☐) **Essencial** (☐) **Muito Importante** (☐) **Importante**
(☐) **Indiferente** (☐) **Contrário**

Justificativa: _____

Pergunta nº 5: Qual sua opinião quanto à rotatividade dos Oficiais e Praças, em uma Corregedoria, como forma de aumentar a quantidade de Policiais Militares com conhecimento dos assuntos de uma de uma Corregedoria e comprometidos com o serviço de correição?

- (☐) **Essencial** (☐) **Muito Importante** (☐) **Importante**
(☐) **Indiferente** (☐) **Contrário**

Justificativa: _____

Pergunta nº 6: Com a criação de uma Corregedoria, qual a sua opinião quanto a existência de um pelotão disciplinar em sua estrutura, com atribuição de fiscalizar os militares estaduais em suas posturas, condutas e procedimentos, cuidando-se das correções da disciplina, e do cumprimento das sentenças judiciais?

- (☐) **Essencial existir** (☐) **Muito Importante** (☐) **Importante**
(☐) **Indiferente** (☐) **Contrário**

Justificativa: _____

Pergunta nº 7: Com a criação de uma Corregedoria, qual a sua opinião quanto a existência de um seção de assuntos internos, com atribuições de receber denúncias de civis e Policiais Militares, cuidando-se da investigação de irregularidades, bem como fornecendo informações e certidões?

- () **Essencial existir** () **Muito Importante** () **Importante**
 () **Indiferente** () **Não deve existir**

Justificativa: _____

Pergunta nº 8: Na sua opinião os integrantes deste órgão de correção interna, devem ter conhecimento jurídico? Assinale apenas uma das opções.

- () **Bacharel em Direito e Curso Polícia Judiciária Militar**
 () **Bacharel em Direito**
 () **Curso Polícia Judiciária Militar**
 () **Indiferente**
 () **Não há necessidade**

Justificativa: _____

Pergunta nº 9: Este órgão de correção da Polícia Militar do Paraná, seguindo as modernas Corregedorias de Polícias, deveria ter também um setor para efetuar a investigação, apuração, registro e acompanhamento de denúncias de irregularidades e atos ilegais praticados por integrantes da Corporação, e neste aspecto substituir as Agências de Inteligência (P/2)?

- () **Essencial existir** () **Muito Importante** () **Importante**
 () **Indiferente** () **Não deve existir**

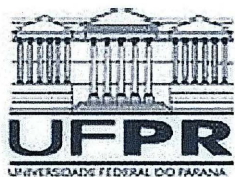
Justificativa:

Pergunta nº 10: Aos moldes das modernas Corregedorias de Polícias, qual sua opinião quanto a este órgão de correição também apurar, acompanhar e investigar casos em que o Policial Militar é vítima?

- () **Essencial existir** () **Muito Importante** () **Importante**
() **Indiferente** () **Não deve existir**

Justificativa:

ANEXO I - OFÍCIOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE DA
SEGURANÇA PÚBLICA



Ofício nº 001/08

São José dos Pinhais, 20 de fevereiro de 2008.

Senhor Chefe.

Este Oficial encontra-se elaborando um trabalho técnico conclusão do curso, referente ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Esta monografia possui como tema “a importância da Corregedoria Geral para a PMPR”. Para o enriquecimento deste, solicito gestões de Vossa Senhoria para que seja fornecida copia virtual de material existente nessa Seção de Estado Maior, atinente a projeto de Lei que cria a Corregedoria da PMPR, bem como outros documentos pertinentes ao assunto de correição que possam subsidiar o estudo técnico do qual este Oficial se propôs a elaborar.

Respeitosamente,

Cap. QOPM Leonel José Beserra,
Oficial Aluno do CAO.

Ao Senhor
Ten. Cel. RENATO JORGE DA SILVEIRA,
Chefe da 1ª Seção EM/PMPR.
Curitiba – PR.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE DA
SEGURANÇA PÚBLICA



Ofício nº 002/08

São José dos Pinhais, 20 de fevereiro de 2008.

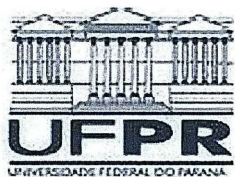
Senhor Corregedor.

Este Oficial, atualmente no Subcomando do CFAP da Polícia Militar do Paraná, está elaborando uma monografia para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO, que tem como tema: “a importância da instauração da Corregedoria Geral da PMPR”, este trabalho técnico de conclusão do curso de aperfeiçoamento de oficiais. Solicita gestões de Vossa Excelência para o envio de material virtual produzido no encontro de corregedorias, ocorrido no final do ano passado, bem como outros relativos a Corregedoria Geral da Brigada Gaúcha, para subsidiar o trabalho técnico do qual este Oficial se propôs a elaborar. Sendo que tais documentos podem ser enviados para os endereços eletrônicos: libeserra@hotmail.com e/ou cfap-p1@pm.pr.gov.br.

Respeitosamente,

Cap. QOPM Leonel José Beserra,
Oficial / Aluno do CAO.

Ao Exmo. Senhor
Cel. JOÃO BATISTA GIL,
Corregedor Geral Brigada Militar
Porto Alegre – RS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE DA
SEGURANÇA PÚBLICA



Ofício nº 003/Cmdo.

São José dos Pinhais, 10 de março de 2008.

Senhor Coronel:

Encaminho a Vossa Senhoria um questionário que é complemento importante para subsidiar a monografia realizada por este Oficial com o tema: **A importância da Corregedoria Geral da Polícia Militar do Paraná**, a qual encontra-se sendo desenvolvida como requisito obrigatório para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizado na Academia Policial Militar do Guatupê em convênio com a Universidade Federal do Paraná. Diante do que solicito sua prestimosa colaboração em responder, com toda a sinceridade, às perguntas formuladas em anexo.

Antecipadamente, agradeço participação.

Respeitosamente,

Cap. QOPM Leonel José Beserra,
Oficial Aluno - CAO.

Ao Ilmo. Senhor
Cel. QOPM,
Curitiba - PR.
LJB/SP



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE DA
SEGURANÇA PÚBLICA



Ofício nº 004/08

São José dos Pinhais, 24 de março de 2008.

Senhor Corregedor.

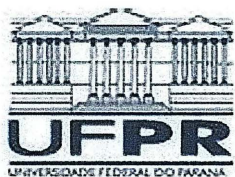
Este Oficial, atualmente no Subcomando do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, da Polícia Militar do Paraná - PMPR, esta elaborando um trabalho técnico de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO, com Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública, em convênio com a Universidade Federal do Paraná, trabalho este que tem como tema: “a importância da Corregedoria Geral da PMPR”, em virtude de que nossa instituição ainda não possui este órgão.

2. Solicito gestões de Vossa Senhoria para o envio de material referente ao histórico, Lei de criação e estrutura de funcionamento da Corregedoria Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, preferencialmente em arquivos virtuais de computador, a fim de subsidiar e enriquecer a monografia da qual este Oficial se propôs a elaborar. Sendo que tais documentos podem ser enviados para os endereços eletrônicos: libeserra@hotmail.com e/ou cfap-p1@pm.pr.gov.br.

Respeitosamente,

Cap. QOPM Leonel José Beserra,
Oficial / Aluno do CAO.

Ao Ilmo. Senhor
Cel. ALBANIR SANTOS,
Corregedor Geral da Polícia Militar SC.
Florianópolis – SC.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE DA
SEGURANÇA PÚBLICA



Ofício nº 005/08

São José dos Pinhais, 24 de março de 2008.

Senhor Corregedor.

Este Oficial, atualmente no Subcomando do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, da Polícia Militar do Paraná - PMPR, esta elaborando um trabalho técnico de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO, com Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública, em convênio com a Universidade Federal do Paraná, trabalho este que tem como tema: “a importância da Corregedoria Geral da PMPR”, em virtude de que nossa instituição ainda não possui este importante órgão.

2. Solicito gestões de Vossa Senhoria para o envio de material referente ao histórico, Lei de criação e estrutura de funcionamento da Corregedoria Geral da Polícia Militar de São Paulo, preferencialmente em arquivos de computador, a fim de subsidiar e enriquecer a monografia da qual este Oficial se propôs a elaborar. Sendo que tais documentos podem ser enviados para os endereços eletrônicos: libeserra@hotmail.com e/ou cfap-p1@pm.pr.gov.br.

Respeitosamente,

Cap. QOPM Leonel José Beserra,
Oficial / Aluno do CAO.

Ao Ilmo. Senhor
Cel. PM JOSÉ PAULO MENEGUCCI,
Corregedor Geral da Polícia Militar SP.
São Paulo – SP.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE DA
SEGURANÇA PÚBLICA



Ofício nº 006/08

São José dos Pinhais, 24 de março de 2008.

Senhor Corregedor.

Este Oficial, atualmente no Subcomando do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, da Polícia Militar do Paraná - PMPR, esta elaborando um trabalho técnico de conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO, com Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública, em convênio com a Universidade Federal do Paraná, trabalho este que tem como tema: “a importância da Corregedoria Geral da PMPR”, em virtude de que nossa instituição ainda não possui este importante órgão.

2. Solicito gestões de Vossa Senhoria para o envio de material referente ao histórico, Lei de criação e estrutura de funcionamento da Corregedoria Geral da Polícia Militar de São Paulo, preferencialmente em arquivos de computador, a fim de subsidiar e enriquecer a monografia da qual este Oficial se propôs a elaborar. Sendo que tais documentos podem ser enviados para os endereços eletrônicos: libeserra@hotmail.com e/ou cfap-p1@pm.pr.gov.br.

Respeitosamente,

Cap. QOPM Leonel José Beserra,
Oficial / Aluno do CAO.

Ao Ilmo. Senhor
Corregedor Geral da Polícia Militar DF
Brasília - DF.